



ESPECIAL
REAL ASSOCIAÇÃO
DE VIANA DO CASTELO

**A 30 DE JUNHO QUEREMOS DISCUTIR O FUTURO
DO MOVIMENTO MONÁRQUICO EM PORTUGAL!**

ANTÓNIO SOUZA-CARDOSO



ENTREVISTA

Fernando Carvalho Rodrigues
"Hoje o mundo está perigoso. Creio que serão as monarquias europeias a demonstrar uma certa estabilidade."

A razão por que um monárquico não poderá ficar indiferente à invasão desregulada de migrantes no espaço europeu é porque a coroa será a primeira instituição a ressentir-se duma fragilização do tecido social das velhas nações, como comunidades de história e língua.

Foi isso que me chamou a atenção na esplêndida série “The Crown” da Netflix que relata a história do reinado de Isabel II, com a exibição de imagens do início da década de 50, das viagens da Família Real para passar o Natal em Sandringham, em que se vê o povo a acorrer em massa às plataformas das estações para acenar à passagem do comboio real. Este entusiasmo, que emana da pátria profunda, só é possível por uma sólida identificação da população com os seus monarcas, na cumplicidade dos acontecimentos partilhados desde os confins da História.

De facto, as nações europeias vivem em cima de uma bomba relógio com o prenúncio de uma crise demográfica que só vem sendo mitigada através do escancaramento das fronteiras, uma estratégia que deve pouco ao altruísmo, mas antes à cegueira economicista da burocracia que nos governa. Assim, sem tempo para a aculturação das novas populações que à Europa afluem com costumes e línguas muito diferentes, as redes comunitárias vêm-se

ameaçadas, relativizando-se o chão comum, promovendo-se a desconfiança e acicatando-se veleidades nacionalistas.

Ironicamente, Portugal, histórico palco de cruzamento de povos e culturas diferentes, onde sempre prevaleceu uma assinalável capacidade de assimilação, se não escapa à crise demográfica, vai estando imune à invasão massiva de migrantes que aflige outros países europeus. Mas não evita a agressividade da massificação cultural deste mundo globalizado, razão que deve motivar os monárquicos portugueses a concentrar esforços na defesa da nossa língua, património cultural e histórico. Porque só uma casa com identidade e carisma

próprios está capacitada para bem receber novos hóspedes e visitantes. E se é verdade que temos de nos preparar com inteligência para essa luta pela afirmação identitária, em bom rigor temos razões para nos orgulharmos do Senhor Dom Duarte e da Família Real, que se vêm afirmando resolutos defensores dos mais perenes valores da portugalidade. Aqui, no extremo ocidental da Europa, e nos quatro cantos do Mundo.

João Távora,
Director e presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa.

De facto, as nações europeias vivem em cima de uma bomba relógio com o prenúncio de uma crise demográfica que só vem sendo mitigada através do escancaramento das fronteiras, uma estratégia que deve pouco ao altruísmo, mas antes à cegueira economicista da burocracia que nos governa.



ÍNDICE

4 ACTUALIDADE

• A Fundação da “Salazarquia” • José MANUEL QUINTAS

9 OPINIÃO E DEBATE

• Uma Nova Corte na Aldeia - O Douro e o refúgio de escritores monárquicos no tempo da República • NUNO RESENDE

11 ENTREVISTA

• A Fernando Carvalho Rodrigues • JOÃO TÁVORA

15 A VOZ DAS REAIS ASSOCIAÇÕES

• Real Associação de Viana do Castelo - Apontamentos para a história da Real Associação de Viana do Castelo • JOSÉ ANÍBAL CASTRO MARINHO SOARES GOMES

22 NOVOS SÓCIOS

• José Filipe Dias da Costa Menéndez

23 JUVENTUDE MONÁRQUICA PORTUGUESA

• Assembleia Geral da JMP Lisboa
• Assembleia Geral da JMP Porto

24 NOTICIÁRIO

• Jantar do Conjурados • Intervenção de Tomás Moreira no Jantar dos Conjурados • Roteiros Reais • Notícias da Real Associação do Porto • Razões Reais • Visita de S.A.R. D. Duarte de Bragança à Real Associação da Beira Interior • Eleitos novos Corpos Sociais da Real Associação de Lisboa • Real Associação de Viana do Castelo - Reais Conversas com... • Outras Actividades das Reais Associações • 110 anos do Regicídio • Votos de rápidas melhoras

31 BIBLIOTECA

• Nas Teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança (1907-1976) entre a esperança e a desilusão • VASCO ROSA

34 NOTÍCIAS DA FUNDAÇÃO D. MANUEL II



António de Souza-Cardoso
Presidente da Causa Real

EDITORIAL



CAUSA REAL

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

PARA QUE A CULPA NÃO SEJA DOS MONÁRQUICOS!

A culpa é, em Portugal, uma impenitente solteirona, sem qualquer vontade de casar com quase ninguém!

Uma das excepções, confesso, aparece quase sempre quando, em tertúlias monárquicas mais francas, nos pomos a falar das nossas “oportunidades”: De como deixámos que os republicanos, com votações marginais, fizessem vingar uma revolução violenta a que se sucedeu uma primeira república dominada pelo anarquismo, a degenerescência democrática, a pobreza e a agitação social; De como nos deixámos anestesiar com os “cantos de sereia” do reactivo Estado Novo que lhe sucedeu, numa ditadura suave que nos isolou do Mundo, quase por meio século. De como não aproveitámos o ímpeto da Revolução de Abril para nos focarmos na vantagem da Monarquia para Portugal, independentemente da governação, sem prejuízo de percebermos os perigos da progressão soviética e, conseqüentemente, a oportunidade de se “criar território”, mesmo “contra natura”, no nascente sistema político partidário. De como, nestes tempos conturbados e difíceis em que vivemos, não conseguimos, no respeito pela nossa diversidade, juntarmo-nos em torno do nosso Rei, para uma estratégia única e concertada de defesa do Ideal que nos devia reunir.

Aqui é mais vulgar ouvir os Monárquicos assumirem a Sua própria culpa, alguns destes desideratos que fazem parte da História, não muito longa nem auspiciosa ou exuberante da República em Portugal.

Continuamos sem conseguir passar a mensagem. Pior do que isso, continuamos sem nos entendermos sobre qual a mensagem? E sobre qual o modelo, a estratégia, a organização, o plano de acção, o desígnio... Continuamos, até por culpa de ambos, a não conseguir comprometer os monárquicos de maior dimensão social, económica e, principalmente, política.

Nos que efectivamente militam nas “múltiplas causas” todos parecem querer ter um pequeno papel numa organização qualquer – se não “couberem” nas que existem, fazem outra! E nenhum parece disposto a pôr acima desse pequeno papel, o bem maior que nos une que é a vantagem que, para Portugal, sobriaria de podermos beneficiar da instituição real e da forma monárquica de regime.

Por isso propomos que, a 30 de Junho, no Palácio da Independência, estejamos todos no desígnio maior de discutirmos o futuro do movimento monárquico em Portugal!

A esfera e o protagonismo pessoal, por pequenos que sejam, valem, infelizmente, sempre mais do que a crença de que, se estivéssemos organizacionalmente juntos, estrategicamente sintonizados e verdadeiramente reunidos em torno do Rei dos Portugueses, teríamos mais e melhores hipóteses de poder sublinhar a modernidade e oportunidade da alternativa monárquica que defendemos e propomos.

É uma questão difícil de contrariar porque visceralmente ligada à natureza humana e intrinsecamente associada a quem não vinga num plano político de patamar superior.

Depois disto, não vale a pena zangarmo-nos, vale a pena conversarmos e perceber que papel pode, justa e proporcionalmente, ter cada um e cada uma das entidades que se movem em torno do movimento monárquico e da Família Real Portuguesa.

Há quase 30 anos o Senhor Dom Duarte tentou agregar toda a representação e intervenção do movimento monárquico na Causa Real, que entretanto havia associado formalmente a Causa Monárquica e implicitamente a Liga Popular Monárquica.

Trinta anos depois continuamos com dúvidas sobre a organização, a representação e a estratégia!?! Dúvidas que devem ser urgentemente esclarecidas. Na esfera da Causa Real, da Casa Real e de todas as organizações idóneas e credíveis que reclamam o mesmo desígnio político e institucional de servir o único Rei dos Portugueses que todos Nós, a História e a Lei efectivamente reconhecem e legitimam.

Por isso propomos que a 30 de Junho, no Palácio da Independência, estejamos todos no desígnio maior de discutirmos o futuro do movimento monárquico em Portugal! Todos os muitos membros dos órgãos sociais da Causa Real e da Causa Monárquica. E todos aqueles que expressamente convidaremos por considerarmos que representam interesses sinceros e genuínos, ligados à restauração da Monarquia e à defesa da Instituição Real. Para que todos se encontrem verdadeiramente no caminho; para que todos se conjurem na estratégia patriótica que viermos a considerar conveniente; para que todos se comprometam a defender a uma voz a defesa da Instituição Real. Admitimos que em planos diferentes, mas exigimos que de forma articulada e sincera!

Para que a História não volte a dizer “que culpa foi dos Monárquicos”!

A FUNDAÇÃO DA “SALAZARQUIA”

Por José Manuel Quintas

A lenda dos sentimentos realistas de Oliveira Salazar está hoje desfeita. São melhor conhecidos os seus textos de juventude, antecedentes da sua tese anti-monárquica colocada no congresso do Centro Católico, em 1922; já no poder, foi elucidativa a sua recusa em fazer justiça aos oficiais da *Monarquia do Norte*, mantendo-os afastados do serviço efectivo; são bem conhecidas as perseguições, aproveitando qualquer pretexto, movidas contra destacados realistas como Paiva Couceiro, Afonso Lucas, Rolão Preto, Hipólito Raposo, Rui Ulrich; a derradeira prova de que Salazar não queria a restauração da Instituição Real na chefia do Estado, tivemos-la, em 1951, no Congresso da União Nacional, com Marcelo Caetano a manobrar, a seu mando, na defesa da fantasia do “presidencialismo bicéfalo”. Em suma, está hoje disponível abundante documentação atestando os jogos ardilosos de Salazar, não oferecendo dúvida de que a restauração da Instituição Real esteve sempre longe do seu pensamento e completamente fora das suas perspectivas práticas. Menos bem conhecida, a avaliar por alguns textos historiográficos mais recentes, é o anti-monarquismo de Salazar no período de instituição da *Salazarquia*.

Julgo oportuno lembrá-lo. Logo após a precoce e súbita morte de D. Manuel II em Londres, ocorrida em 2 de Julho de 1932 na sequência de um edema sufocante da glote, a ilusão do “monarquismo” de Salazar caiu redondamente. Ao convidar os realistas a ingressar na União Nacional, em discurso proferido em Novembro desse ano, referiu-se nos seguintes termos ao falecimento do Rei: “*Leva-o a morte, sem descendente nem sucessor*”.

Para os realistas mais esclarecidos e de mais fundas convicções, à frente dos quais se encontravam os integralistas, foi então imediatamente abandonada a ilusão de um Salazar restaurador, capaz de vir a resolver o problema político, como fora sugerido num dos seus primeiros discursos (9 de Junho de 1928). Para um realista convicto, um rei pode morrer sem descendente, mas não sem sucessor. Não havendo sucessor, elege-se um novo

Rei, escolhe-se uma nova Dinastia. Mas a Dinastia de Bragança não se finou com a morte de D. Manuel II, continuou com D. Duarte Nuno. Assim o reconheceu D. Manuel II nas negociações do *Pacto de Paris* e assim o reconheceram, após a sua morte, todos os organismos monárquicos existentes que, de imediato, se fundiram na *Causa Monárquica*.

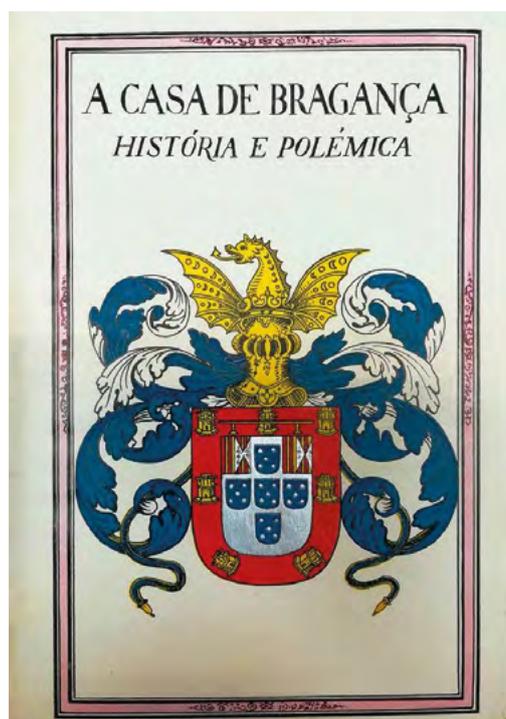
A frase “*leva-o a morte, sem descendente, nem sucessor*”, virá a ser bem o-santo-e-a-senha de Salazar, e da *Salazarquia* em formação, que assim entrava a explorar as fragilidades de cultura política ou de

formação e de carácter de alguns realistas, felizmente bem poucos, mas ainda assim afinal bem mais “manuelistas” do que realistas.

Ao dar destino a um património histórico e moral como os bens vinculados da Casa de Bragança, sem a anuência nem o conhecimento do então Chefe da Família de Bragança, julgo que Salazar concretizou o seu mais simbólico acto político contra a Instituição Real de Portugal.

Em 19 de Fevereiro de 1934, com D. Duarte Nuno de Bragança exilado na Áustria, foi entregue pessoalmente a Salazar, pelo 4º Conde de Almada, acompanhado pelo Conselheiro João de Azevedo Coutinho, um protesto com o seguinte teor:

Eu, D. Duarte, Duque de Bragança, tendo tomado conhecimento do decreto-lei nº 23.240, de 21 de Novembro de 1933, que deu aplicação e novo proprietário aos bens vinculados da Casa de Bragança, formulo perante o Governo Português e perante a Nação o meu protesto contra tal disposição, ofensiva das antigas leis nacionais e dos mais elementares princípios de justiça.



Não me move qualquer impulso de ambição.

Nascido e criado em lar proscrito, aprendi no desterro, com a recordação e pelo exemplo de El-Rei D. Miguel, meu augusto avô, e nos conselhos e lições de Meu Pai, a amar e a servir Portugal, na pobreza, e com o desinteresse de que um e outro, em toda a sua vida, deram prova, fiel, como Eles, às leis da honra e pronto sacrifício da própria vida pelo bem do País.

Importa-me, porém, defender e assegurar a função histórica de uma Casa que foi durante séculos verdadeira Instituição Nacional, garantida pela posse da Minha Família e por leis que não foram legitimamente revogadas.

Importa-me recordar os altos serviços prestados à Pátria pelos Duques de Bragança, meus antepassados; pelo fundador da Casa, o Santo Condestável; por El-Rei D. João IV, como Ele salvador da Independência Nacional, e por todos os Senhores Reis que se lhe seguiram em legítima sucessão, acrescentando todos eles o Poder Real com a força e a tradição da sua Casa.

Importa-me lembrar que pela expressa vontade dos instituidores do vínculo e pelas leis seculares que informam a posse e sucessão na Casa de Bragança, esta constitui uma propriedade particular de natureza especial, não partilhável nem susceptível de disposição testamentária; propriedade cuja guarda e conservação me pertence hoje a Mim, pela própria legitimidade da minha herança dinástica cumprindo-me transmiti-la intacta aos Meus sucessores, em memória e respeito de um passado, que é ao mesmo tempo da Minha Família e da Nação; e esse direito de propriedade, embora de natureza especial, não se compadece com a disposição de confisco contida no Decreto nº 23.440, negando-se existência e vida à Família de Bragança que, mercê de Deus, não se extinguiu.

Os institutos de interesse público criados pelo decreto, embora dignos da Minha atenção, não justificam esse acto do Governo, que interpôs em um assunto de carácter patrimonial uma decisão de força, que não cabe nas considerações que lhes servem de fundamento.

Contra esse acto do Governo formulo o meu protesto, porque o meu silêncio poderia ser levado à conta de assentimento tácito à flagrante, injusta e por todos os títulos bem inesperada violação dos direitos, que são



D. DUARTE, DUQUE DE BRAGANÇA

meus e dos meus sucessores, direitos aos quais não renuncio nem me é dado renunciar, porque pertencem não no futuro, como hoje, ao Chefe da Casa de Bragança, à qual cumpre continuar na história da Pátria as gloriosas tradições do seu passado.

D. Duarte de Bragança

Acompanhava este protesto um Parecer Jurídico elaborado pelos advogados José Augusto de Queirós Ribeiro Vaz Pinto, Luís Carlos de Lima de Almeida Braga e Simeão Pinto de Mesquita, apresentado com a concordância de António

Pinto de Mesquita Carvalho Magalhães e Domingos Pinto Coelho. Em síntese, aí se explicava que os bens da Casa de Bragança foram destinados, em apanágio perpétuo, a uma função política: a sustentação do estado do Príncipe Real sucessor da Coroa. A sua sucessão determinava-se segundo uma ordem de direito público – as dos príncipes reais sucessores à Coroa – mas, desde 1790 (a lei de 19 de Julho desse ano aboliu a jurisdição dos donatários), a Casa de Bragança passou a ser constituída apenas por bens e direitos privados. A natureza especial desse vínculo era evidente: regia-se pelas Cartas Patentes de 1642 (nunca poderia vir a ser administrada por estrangeiros) e de 1645 (era administrada pelo Príncipe Real sucessor da Coroa ou, na sua falta, pelo próprio Rei). Tratava-se de um vínculo com função política, sendo a sua sucessão determinada por uma ordem de direito público.

As entidades Rei e Príncipe Real deixaram de existir na nova legalidade imposta pela revolução de 5 de Outubro de 1910. “Teria caducado ipso facto o vínculo secular?” – “Evidentemente que não”, respondiam os juristas, clarificando: “os vínculos são instituições de direito privado e, como tal, só podem ser abolidos por via legislativa”.

Desde a morte de D. Manuel II, a sucessão da Casa de Bragança continuava pois a reger-se pelo direito comum dos morgados. A lei de 1863 tinha abolido os morgados, mas ressalvou o da Casa de Bragança com a sua sucessão especial e não revogou a lei que lhes regulava a sucessão. Segundo a Carta de Lei de 3 de Agosto de 1770, a representação aplica-se in infinitum nas linhas dos seus descendentes. Restava aplicar os mesmos princípios que se aplicam na sucessão Real, seguindo a tábua genealógica. A linha de D. Luís extinguiu-se e os descendentes dos príncipes seus irmãos renunciaram por si e seus descendentes. E mesmo que não tivessem renunciado, são inábeis para a sucessão, por serem todos

estrangeiros. De igual modo, com a linha sucessível de D. Maria II e D. Pedro IV. Teve D. Pedro IV um só irmão varão, D. Miguel I que, por sua vez, só teve um filho varão, D. Miguel II, então representado na linha varonil por D. Duarte Nuno de Bragança. O Parecer Jurídico concluiu: “É a este Senhor que compete a administração da Casa de Bragança.

– 4 de Janeiro de 1934.”

O entendimento do governo presidido por Oliveira Salazar, ao criar a “Fundação da Casa de Bragança”, considerava que o morgado da Casa de Bragança só tinha durado enquanto durara a monarquia - “Subsistindo só por motivo de direito público, que respeitava à instituição monárquica, tinha o morgado de cessar com a abolição desta.” Nessa perspectiva, os bens da Casa de Bragança, após a implantação da República, tinham passado a pertencer em plena propriedade a D. Manuel II. Assim sendo, importaria respeitar o que D. Manuel deixara escrito no seu testamento. Ao continuarmos a ler o referido Decreto-Lei verifica-se porém, que, afinal, não é bem assim: “O testamento com que faleceu o Senhor D. Manuel exprime-lhe juridicamente a última vontade, mas não a traduz de facto” (negrito acrescentado). O que D. Manuel II teria pretendido, segundo o legislador, era que fosse instituída uma Fundação mais vasta do que a que era referida no testamento, “compreendendo também todos os prédios rústicos e urbanos que formavam o núcleo essencial da antiga Casa de Bragança”. Em abono da tese de que D. Manuel II teria já a propriedade plena dos bens da Casa de Bragança são referidos vários pareceres da Procuradoria Geral da República, de 17 de Maio de 1917, 21 de Maio de 1931 e 27 de Fevereiro de 1932.

O texto do testamento de D. Manuel II foi tornado público no *Diário de Notícias* de 16 de Agosto de 1932, sob os títulos “D. Manuel de Bragança - o Texto

integral do seu testamento”, de 20 de Setembro de 1915, assim como um “Codicilo” acrescentado em 29 de Maio de 1919. Vale a pena ler. No texto do seu testamento, o que é que nos diz a este respeito o último rei de Portugal? Não dispõe a respeito dos bens da Casa de Bragança, não os considerando,

portanto, como pretende o Decreto-Lei, que esses bens sejam sua propriedade plena. O último rei de Portugal apenas se refere aos seus bens particulares, que discrimina e classifica em dois tipos, no ponto 11.º: “A minha coleção”

e “as minhas propriedades portuguesas”. Por “a minha coleção”, “significa e compreende todas as pratas, jóias, quadros, desenhos, estampas, estátuas, porcelanas, tapeçarias, móveis, tapetes, cristais, rendas, livros e quaisquer outros artigos de arte ou de curiosidade, ou próprios de Museu (vertu), sejam quais forem, que me pertençam à data da minha morte, tanto nos Palácios Reais, como fora deles, em Portugal, Inglaterra, ou outros países”. A expressão “minhas propriedades portuguesas” significava e compreendia: “1.º O meu palácio das Carrancas, no Porto; 2.º O Paço de Massarelos, de Caxias, juntamente com as duas propriedades de Estacas e do Brejo, Caxias; 3.º O meu castelo do Alvito, no Alentejo.” Mais adiante, no ponto 14.º, D. Manuel II diz que todas as suas coleções “constituam um Museu para utilidade de Portugal, minha bem amada Pátria.”

D. Manuel II não identifica pois quaisquer propriedades ou bens da Casa de Bragança e, naturalmente, nada dispõe a seu respeito. No texto do testamento, há, porém, duas referências à Casa de Bragança, bem elucidativas do conceito do último rei de Portugal. Na primeira, ao nomear os “testamenteiros e trustees portugueses” relativamente aos bens existentes em Portugal, indica a “pessoa que esteja desempenhando as funções de administrador da Casa de Bragança (de que



hoje é administrador o general Charters de Azevedo)”; e, no ponto 17.º, ao determinar que “para o caso de me sobreviverem filhos, (...) as minhas propriedades portuguesas sejam entregues pelos meus trustees portugueses ao meu filho que atingir a idade de 21 anos, e, se mais de um a atingir, a todos os que a alcançarem, em partes iguais. Exceptua-se (isto somente se houver mais de um filho nessas circunstâncias) o caso em que um dos filhos ou uma das filhas, a atingir a maioridade, tenha direito à posse dos rendimentos do conjunto de propriedades conhecido em Portugal sob o nome de Casa de Bragança.”

Sem margem para qualquer dúvida, D. Manuel II no seu testamento, tal como D. Duarte Nuno no seu protesto perante Salazar, respeitava integralmente “a expressa vontade dos instituidores do vínculo” e as “leis seculares que informam a posse e sucessão na Casa de Bragança”, que constituía “uma propriedade particular de natureza especial, não partilhável nem susceptível de disposição testamentária”.

Em Dezembro de 1940, a Portugália Editora publicou um livro intitulado *A Casa de Bragança - História e polémica*. Nesse volume, que bem merecia hoje uma reedição, reuniram-se os mais importantes documentos publicados seis anos antes na imprensa periódica a respeito do destino dado pela 2ª República - “Estado Novo” de Oliveira Salazar - aos bens da Casa de Bragança.

A polémica teve por cerne um problema primordial: com a queda da Monarquia, teria ou não caducado o vínculo, ressalvado pelo art. 13 da lei desamortizadora de 1863?

O conselheiro Martins de Carvalho, escudando-se no sectarismo anti-dinástico dos legisladores, que se

inclinariam naturalmente ao confisco puro e simples da Casa de Bragança, habilidosamente tentou fazer crer que essa era a vontade do legislador e se não houve uma expressa supressão tal se teria ficado a dever a um negligente esquecimento. Seria absurdo admitir que a República se fez para beneficiar a família de Bragança.

Esse raciocínio não colhe, responderam os juristas.

O legislador não foi inteiramente omissivo. O decreto de 15 de Outubro de 1910 - da proscricção da família real - estabeleceu no seu art. 5.º: “O Governo regulará oportunamente a situação material da família real exilada, respeitando os seus direitos legítimos.”

Isto é, manteve-se provisoriamente o *status quo* enquanto não se produzia uma solução por diploma legal. E a solução não foi de facto produzida até ao dia 21 de Novembro de 1933, data em que foi publicado o Decreto-Lei que criou a Fundação da Casa de Bragança.

O conselheiro Martins de Carvalho voltou a invocar os pareceres da Procuradoria. Os juristas responderam que os referidos pareceres, além de nulo valor legislativo, não corroboram, antes desdizem a extinção do vínculo. Em 1917, voltou a levantar-se o problema. E uma vez mais se verificou que não havia um diploma legal regularizando o assunto. E lembraram que se realizaram durante seis anos, em nome do vínculo, averbamentos, reembolsos, pagamentos de juros, etc., na Junta de Crédito Público.

O conselheiro Martins de Carvalho invocou também o decreto com força de lei nº 20158, de 29 de Julho de 1931, publicado menos de um ano antes da morte súbita de D. Manuel II, autorizando o Ministro da Guerra a celebrar contrato de arrendamento das



propriedades onde está instalada a Coudelaria Militar de Alter do Chão. No citado decreto, há na verdade uma referência ao “proprietário das propriedades” (sic) a arrendar. Mas, os juristas esclarecem que, “independentemente da sua forma pitoresca, ela nada adianta para a tese desvinculadora: não foi por aquela expressão do decreto, para esse efeito ociosa, que a Casa de Bragança se tornou alodial. Para mais, um administrador de vínculo é um verdadeiro proprietário, se não já perfeito, como sustenta Paschoal (Instit. L. III, t.º IX, parágrafo 28), pelo menos limitado ou imperfeito (Coelho da Rocha, Instit. parágrafo 497 e Liz Teixeira, Curso. Vol. 3.ª pág. 47) e o acto do decreto - arrendar - cabia bem na larga esfera dos seus poderes.”

É esse o cerne da polémica, que importaria aos realistas visitar no citado volume. Seguem-se as respostas individuais de Domingos Pinto Coelho e António Pinto de Mesquita Carvalho Magalhães; a subsequente entrevista com Martins de Carvalho, no Diário de Lisboa, onde se prometia uma réplica que não chegou a verificar-se, mas que suscitou “uma última resposta às últimas razões” de Martins de Carvalho. O livro termina com uma longa nota onde se reproduz uma carta de Alberto da Silveira Costa Santos – autor de uma dos pareceres da Procuradoria - bem como uma séria mas divertida resposta dos autores do parecer jurídico.

A polémica teve também eco nas páginas da revista *Integralismo Lusitano - Estudos Portugueses*, dirigida por Luís de Almeida Braga e Hipólito Raposo, onde o conselheiro Martins de Carvalho é apresentado, julgo que sem gralha tipográfica, como “advogafo” - um dos advogados da gafaria moral em que se convertera a República de Salazar: “*Afinal este homem, como republicano na sua mocidade, como ministro monárquico de João Franco na idade adulta, como conselheiro da Coroa na velhice, manteve sempre uma irrepreensível linha de coerência de ideias e de interesses; pensou, trabalhou, sorriu e foi ganhando a vida com todos os ventos, ao sabor de todas as correntes, navegando com todos os partidos.*” A Martins de Carvalho se ficara a dever a concepção, promoção e louvor do “*esbulho da Casa de Bragança em benefício da República*” (“*Em signo de maçonaria*”, *IL-EP*, Vol. II, Fasc. XII, Março de 1934, pp. 681-688).

Daqui e Dali

“*Acontece que a coroa é pela sua natureza uma instituição politicamente abrangente e aglutinadora: não estigmatiza quaisquer credos ou clubes. Na sua génese a nossa Causa é um movimento aglutinador de diferentes sensibilidades politico-filosóficas. A tolerância e inclusão constituem por via disso, o nosso mais valioso argumento político, de que os verdadeiros monárquicos se deveriam regozijar e ser exemplo.*”

João Távora

1910 - 15 de Outubro - Decreto da proscricção da família real - “Art. 5º - O Governo regulará oportunamente a situação material da família real exilada, respeitando os seus direitos legítimos.”

1911 - 23 de Janeiro - O Procurador da República, António Macieira, emite parecer no sentido de continuarem a averbar-se as inscrições ao vínculo da Casa de Bragança. - “*São particulares da Casa de Bragança as inscrições de que se trata. O Governo provisório não decretou o confisco desses bens... Não vejo inconveniente legal em que sejam averbados ao vínculo os títulos de que se trata...*” .

1915 - 25 de Setembro - Testamento de D. Manuel II.

1917 - 17 de Maio - Parecer do Dr. Costa Santos, da Procuradoria Geral da República, refere que “*a República ainda não decidiu definitivamente sobre os bens da proscrita família de Bragança, embora tenha consentido que ela administre como tem administrado os bens da Casa de Bragança*”.

1919 - 29 de Maio - Codicilo acrescentado ao testamento de D. Manuel II, revogando todos os legados e disposições feitas em favor do seu tio, duque do Porto, na sequência do seu casamento morganático.

1929 - 13 de Dezembro - Decreto com força de lei nº 17.777, é mandado celebrar contrato de arrendamento e estabelecer a forma de pagamento das rendas em dívida pelas propriedades de Alter do Chão e Assumar.

1931 - 21 de Março - Parecer da Procuradoria Geral da República, considera que os bens da Casa de Bragança pertencem a D. Manuel II.

1931 - 29 de Julho - Decreto com força de lei nº 20.158, autorizando o Ministro da Guerra a celebrar contrato de arrendamento das propriedades onde está instalada a Coudelaria Militar de Alter do Chão.

1932 - 27 de Fevereiro - Parecer da Procuradoria Geral da República considera que os bens vinculados da Casa de Bragança, estavam “*livres e alodiais em poder de D. Manuel, que deles era administrador por não ter filhos*”.

1932 - 2 de Julho - Morte súbita em Londres de D. Manuel II, em consequência de um edema sufocante da glote.

1933 - 21 de Novembro - Decreto-Lei nº 23240, institui a Fundação da Casa de Bragança com os bens da Casa de Bragança.

1934 - 4 de Janeiro - Protesto de D. Duarte Nuno contra o Decreto-Lei nº 23 240, de 21 de Novembro de 1933, no qual Salazar resolveu, arbitrariamente, dispor dos bens da Casa de Bragança, instituindo a Fundação da Casa de Bragança.

1934 - 7 e 8 de Março - Diário de Notícias publica duas cartas do conselheiro Martins de Carvalho a respeito do protesto de D. Duarte Nuno e do Parecer Jurídico, em defesa do Decreto-Lei que institui a Fundação da Casa de Bragança.

1934 - 8 de Abril - Jornal A Voz publica a resposta dos signatários do Parecer Jurídico, bem como de Domingos Pinto Coelho, às cartas do conselheiro Martins de Carvalho.

1934 - 11 de Abril - Jornal A Voz publica a resposta de António Pinto de Mesquita Carvalho Magalhães a Martins de Carvalho - “*parece-me justo e oportuno o protesto do Senhor D. Duarte II, o que não significa condenação do acordo celebrado, que, sem poder atingir direitos de terceiro, resolve simplesmente uma situação de facto neste interregno que pode durar muito e pode durar pouco.*”

1934 - 9 de Abril - O Diário de Lisboa publica entrevista com Conselheiro Martins de Carvalho, onde este prometia uma réplica que não chegou a vir a lume.

1940 - Publicação de A Casa de Bragança – História e Polémica, Lisboa, Portugália Editora.

UMA NOVA CORTE NA ALDEIA

O DOURO E O REFÚGIO DE ESCRITORES MONÁRQUICOS NO TEMPO DA REPÚBLICA

NUNO RESENDE

Professor da Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Implantada em Lisboa a república, o regime impôs-se ao país por telégrafo e manteve-se graças a um poderoso aparelho de propaganda que controlava, pela comunicação social, uma pequena opinião pública inflamada, do tipo urbano. Num país com altos índices de iliteracia e analfabetismo era fácil manipular um restante auditório silencioso. No interior rural português, foi rápida a conversão, para o que o fenómeno da adesivagem contribuiu em larga escala. Se antes de 5 de Outubro de 1910 havia poucos monárquicos, como referem alguns escritores, no dia 6 todos eram republicanos¹.

Bom, todos não. Entre os que recusaram o novo regime - e contam-se nomes maiores, como os de Ramalho Ortigão e Paiva Couceiro – alguns estão

Entre os que recusaram o novo regime - e contam-se nomes maiores, como os de Ramalho Ortigão e Paiva Couceiro – alguns estão ligados às paisagens durienses de onde fizeram ouvir a sua voz contra a nova capital republicana e os seus próceres.

ligados às paisagens durienses de onde fizeram ouvir a sua voz contra a nova capital republicana e os seus próceres.

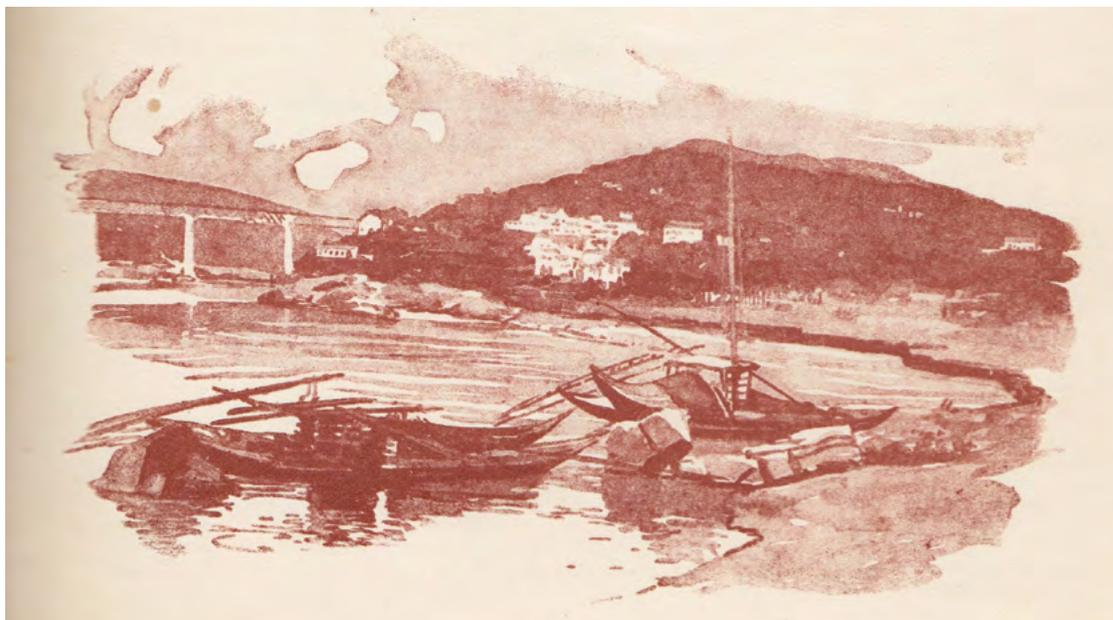
Alexandre Cabral foi uma das vozes monárquicas durienses. Natural de Baião, onde nasceu a 26 de Fevereiro de 1859, foi deputado, par e Ministro do

Reino, função que desempenhou no último ano da monarquia. Figura respeitada do seu tempo, erudito escritor, retirou-se para a sua Casa de Agrelos de onde continuou a exercer o magistério da intelectualidade, escreven-

do e publicando alguns trabalhos, como «Cartas da Aldeia»², conjunto de 36 crónicas sobre o mundo social e político português, redigidas entre Dezembro de 1910 e Janeiro de 1911. No prefácio, da autoria do seu irmão António Cabral, outra figura respeitada do regime extinto, transcreve-se a intenção do autor: «Escondido na solidão da montanha, fuge-me o

1. A este propósito vejam-se as Memórias de Raúl Brandão e de Carlos Malheiro Dias, cf. Dias, Carlos Malheiro - Do Desafio à Debandada [2 volumes]. Lisboa: [Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.ª], 1912 e Brandão, Raúl; Pereira, José Carlos Seabra, ed., introd., Jorge, Maria, revis. lit.; Gaspar, Luís Manuel, revis. lit. - Memórias. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

2. Cabral, Alexandre; Cabral, António, pref. - Cartas da Aldeia [Dezembro de 1910 a Janeiro de 1911]. Coimbra: Coimbra Editora, Lda, 1923.



espírito ao longe, em busca do lar onde nasci e onde se agrupam as pessoas a que mais quero, as que teem o meu pensamento e o meu sangue, a minha saudade e os meus afectos».

Do outro lado do rio, em Cinfães, estabeleceram so-lares dois nomes maiores da monarquia Portuguesa.

O primeiro, por ordem de idade, foi o conselheiro *Fernando Augusto de Miranda Martins de Carvalho* (1872-1947) nascido em Lamego, onde se encontrava aquartelado o seu pai, o general Martins de Carvalho. Foi deputado, ministro da Fazenda e um dos juristas intervenientes no caso do destino a dar aos bens da Casa de Bragança por morte de D. Manuel II ³.

Mandou edificar em Cinfães uma residência de vilegiatura, de recorte modernista mas evocadora da ideia dos solares portugueses, de linhas sóbrias e capela adossada. Nele estanciam várias personalidades da cultura portuguesa, nomeadamente o escritor João Saraiva (1866-1948) que ao conselheiro dedicou a obra literária e ilustrada «Sinfaniadas» ⁴, ilustrada por Alberto de Sousa.

O seu filho **José Fernando Rivera Martins de Carvalho** (1926-1964) continuou o pensamento político do pai, de que é expressão máxima literária e teórica sobre o monarquismo português, a sua obra «Diário Político e outras páginas» ⁵, publicado postumamente em 1971, na colecção qp. Foi casado com Teresa Maria de Andrade Rebelo Vaz Raposo, filha de um dos fundadores do Integralismo Lusitano, José Hipólito Vaz Raposo.

Não muito distante da vila de Cinfães, lugar de residência ocasional dos Martins de Carvalho, mandou o explorador Serpa Pinto (1846-1900) edificar, ainda em vida, um chalé, que foi depois residência temporária da sua filha **D. Carlota de Serpa Pinto** (1872-1949).

O chalé do Paço, depois o lugar literário de Beirós, tornou-se epicentro de reunião de figuras gradas do tempo da República, algumas também exiladas, outras simpatizantes do novo regime, desde Luiz Forjaz de Trigueiros a Fernanda de Castro mulher de António Ferro.

De «Beirós» escreveu Carlota, sob o pseudónimo Clarinha, várias cartas e crónicas que publicava nos jornais pró-monárquicos da época, como o *Diário de Lisboa*, de onde saíram num volume editado em 1922 a obra «Cartas à prima», registo social e político de Lisboa e Portugal na primeira república ⁶.

Atravessando de novo o rio Douro, sobre a ponte destruída em 1919 no contexto da Monarquia do Norte, encontramos a casa da Torre, em Porto Manso, lugar de residência e de escrita do **Visconde de Vila Moura**, a cujo título se associam briosamente a assinatura de várias obras de recorte psicológico e social. Nascido na freguesia do Grilo, concelho de Baião, de seu nome completo Bento de Oliveira Cardoso e Castro Guedes de Carvalho Lobo, as suas obras são um interessante contributo tradicionalista para o movimento cultural *Renascença Portuguesa*, em que participou activamente.

Evocando a obra de Francisco Rodrigues Lobo «Corte na aldeia e noites de inverno» ⁷ que disserta sobre a resistência de uma sociedade sob o domínio filipino no século XVII resta pois, sublinhar a importância deste conjunto de homens e de uma mulher que, a partir dos seus refúgios, alguns temporários, outros definitivos, constituídos como quase-exílios na região do Douro, promoveram, no seguimento da implantação da República, um ambiente de discussão política, mas também notoriamente cultural - de cujo tempo e ecos permanecem muitos vestígios, mas pouca memória.

6. Clarinha, [pseud. de Carlota de Serpa Pinto] - *Cartas à prima*. Lisboa: Livraria Bertrand, [s.d.].

7. Lobo, Francisco Rodrigues - *Côrte na aldeia e noites de inverno* [Comp. Nacional Ed.], 1890.

ILUSTRAÇÃO: O DOURO ENTRE CINFÃES E BAIÃO, POR ALBERTO DE SOUSA (1938, NA OBRA «SINFANIADAS»).

3. O seu sobrinho Henrique Miranda Martins de Carvalho (1880-1940) escreveu e publicou sobre o assunto: Carvalho, Henrique Martins de - *A Casa de Bragança e a formação da Unidade Multicontinental do País*. [s.l.]: Fundação da Casa de Bragança, 1960.

4. Saraiva, João; Campos, Agostinho de, pref.; Sousa, Alberto de, des. - *Sinfaniadas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1938.

5. Martins de Carvalho, José Fernando Rivera - *Diário político e outras páginas*. Lisboa: qp, 1971.

Daqui e Dali

“Assim, para os monárquicos, só um rei preenche a necessidade absoluta de existir alguém que, quer tenha poderes ou não tenha quase nenhuns, seja independente de partidos e de grupos económicos podendo assim ter o bem do país como único objectivo. O horizonte de um rei nunca está limitado por eleições, corresponde ao horizonte infinito do país.”

Leonor Martins de Carvalho

ENTREVISTA A

Fernando Carvalho Rodrigues:

«Conheci comunistas
da margem sul
que são monárquicos»

Entrevista por João Távora

Fernando Carvalho Rodrigues, famoso físico português conhecido como “pai do 1º satélite português” nasceu em Casal de Cinza, 28 de Janeiro de 1947. Monárquico desde sempre, é licenciado em física na Universidade de Lisboa e doutorado em engenharia electrónica pela Universidade de Liverpool, foi professor catedrático do Instituto Superior Técnico, coordenador do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial e director da Faculdade de Tecnologia da Universidade Independente (1995) em Lisboa. O Professor Carvalho Rodrigues recebeu diversos prémios e condecorações, dos quais se destacam o Pfizer (1977), a comenda da Ordem Militar de Santiago da Espada (1995) e doutor Honoris Causa (1995) pela Universidade da Beira Interior. Foi responsável máximo pelo consórcio PoSAT que construiu e lançou o primeiro satélite português, a 26 de Setembro de 1993. É actualmente o mentor da Real Regata de Canoas do Tejo que desde 1845 reúne numa colorida manifestação as embarcações tradicionais do Tejo.

Nasci em Casal de Cinza, na Beira Baixa, em 1947, e ouvi muitas vezes as minhas avós — que eram muito diferentes - contarem que, quando foi o 5 de Outubro de 1910 e chegou a notícia de que «já não havia Rei», tocaram a rebate o sino da igreja, porque sem Rei não havia Estado, e as pessoas perguntavam-se, em sobressalto, «- E a quem se paga, agora?...» Era a sabedoria do povo: Monarquia significava estabilidade e confiança. De tal modo que depois, por vários anos, aparecia sempre muita gente a tentar fazer-se passar por representantes régios ou cobradores de impostos. Havia a crença - que recebi na família - de que essa estabilidade do Estado no seu topo não podia ser dada senão pelo Rei. Quando tudo, por qualquer infortúnio, perigasse, tinha ali onde ancorar. A larga maioria da população de Casal de Cinza era monárquica, de tal modo que nas primeiras eleições após o 25 de Abril [Maio de 1975], quem ganhou na minha terra foi o Partido Popular Monárquico. Mais tarde, quando vim para Lisboa e me interessei pela Real Marinha do Tejo, contactando muitos arrais, fragateiros e marinheiros, encontrei muita gente na margem sul do rio, ligada aos barcos, que é monárquica e alguns deles também comunistas, membros do PCP, daqueles que sofreram perseguição política antes de 1974. Não estava à espera que houvesse monárquicos com essa ideologia.

CR: A que atribui esse facto?

Atribuo a duas coisas. A primeira ao facto de o Rei garantir o terreno sólido sobre o qual se organiza a sociedade, sobre o qual cada um constrói em pormenor o que lhe aprouver. E por outro lado, à importância histórica que teve a Real Marinha do Tejo, que vem do tempo das invasões francesas...

Note que a 4 de Outubro de 1845 se realizou a primeira Real Regata de Canoas, uma prova desportiva anual que foi suspensa pela república e nós próprios pudemos retomá-la desde 2006, com as mesmas regras de sempre. Os barcos ficam aprofados, e só levantam ferro e içam a vela quando se dá o tiro da colubrina. O Senhor Dom Duarte Pio assistiu a algumas dessas provas, aliás foi ele quem chamou a minha atenção para a importância histórica da navegabilidade do Tejo, de Abrantes até Paço de Arcos e à barra do rio, no transporte de tudo um pouco, pessoas e bens. Era a chamada *Estrada de Lisboa*. Só pelo nome se percebe a importância que teve.

CR: Tem feito um lindo trabalho...

Na Sociedade de Geografia de Lisboa promovemos uma série de recolhas gravadas e filmadas de «Memórias de Fragateiros», e pudemos ter a honra e o prazer de ouvir três arrais de Abrantes, já muito velhinhos; hoje só resta um. Eles faziam em permanência uma regata, pelo almoço e jantar da sua família: quem chegava primeiro é que ficava com o frete. Era a regata de todos os dias.

CR: Muitas das canoas nessa Real Regata ostentam com garbo a bandeira azul e branca. E escolheram muito bem a data... Quer falar desse tão louvável projecto?

A escolha do dia varia com o calendário, porque as pessoas trabalham e é preciso ajustar. Uns anos é a 4, outros a 3, outros a 6. Mas queremos celebrar o dia da nacionalidade, a fundação de *algo permanente*, enquanto as comemorações dirigidas pelo senhor presidente da república no dia 5 de Outubro celebram o *efémero*, o *sectarismo*...

CR: E a sua já famosa canoa «Ana Paula», a quem deve o nome?

Ana Paula é o nome da neta do construtor naval Hugh Parry da H. Parry and Son (o *Parison*, na linguagem popular) e a canoa era - digamos assim - o Mercedes Benz do conselho de administração dessa importante companhia, que tinha a sua sede na Avenida 24 de Julho e os estaleiros na outra banda.

CR: A família real portuguesa é o mais valioso activo dos monárquicos?

Com certeza. É a tal trama e a urdidura sobre a qual as coisas se constroem. Sobre esse tecido pode bordar-se uma nação.

CR: Veio muito novo estudar para Lisboa... Onde nasceu o seu gosto pela Física?

Fiz a escola primária já em Lisboa e estudei no Liceu Nacional de Gil Vicente. Gostaria muito de ter



feito Letras e ao mesmo tempo Ciências e Engenharia, mas não era possível. A minha geração é a que se segue à guerra e nós estávamos convictos de que iríamos ajudar a mudar o mundo para muito melhor, através da ciência e da tecnologia. Está infinitamente melhor, mas ainda não chegou a todos: metade da população mundial nunca fez sequer uma chamada telefónica. A ciência e a tecnologia são um segundo dom de Deus, a seguir à vida. Há tempo suficiente para toda a gente as aprender.

CR: Concorda com o físico Stephen Hawking e outros de que a filosofia está morta e que o mistério do conhecimento será resolvido pela física e pela tecnologia?

Uma das grandes descobertas da física e da matemática do século XX foi a dos seus próprios limites. O primeiro é o da velocidade máxima de

propagação, que é da luz. O segundo é o princípio de Heisenberg, de que não é possível alcançar a verdade pela experiência. O teorema de Gödel, em 1931, veio afirmar que nem pela lógica alcançamos a verdade — que é, afinal, a grande missão humana.

“Havia a crença - que recebi na família - de que essa estabilidade do Estado no seu topo não podia ser dada senão pelo Rei. Quando tudo, por qualquer infortúnio, perigasse, tinha ali onde ancorar.”

A verdade também não pode ser relativa. Ciência e tecnologia buscam a representação do mundo com modelos cada vez mais próximos da vida.

Mas antes da descoberta do DNA, para duplicar moléculas que se duplicam e não se reduzem à evolução à la Darwin, teve de haver outras ferramentas, como o metabolismo e/ou a ajuda mútua como método mais avançado de evolução. Qualquer espécie tem mais sucesso, havendo maior cooperação entre os seus indivíduos. Não se caçam elefantes em manada, é impossível...

A filosofia nunca esteve tão viva como hoje!





CR: Olhando para as monarquias europeias, como acha que Portugal poderia estar hoje se não tivesse essa tendência revolucionária das nossas elites desde a segunda metade do século XIX?

Não sei se é revolucionária, se é parasitária... Gostam muito de viver à conta do Estado.

CR: O historiador Rui Ramos defende que as revoluções são feitas por aqueles que sentem estar a perder privilégios e querem mantê-los.

Vou dar-lhe a minha versão... O calor é uma interacção entre duas partes, uma mais quente, outra mais fria. Esta foi a primeira grande fonte, fora a energia química dos músculos, a ser utilizada pelo homem. Mas começou-se a dizer que havia no mundo uma ingratidão, pois a fonte fria recusava-me a receber parte desse calor. É o princípio da entropia: 20 por cento dos átomos detém 80 por

“Nas sociedades humanas é muito assim: uma pequena parte dos 20 por cento dominantes, quando se sentem em risco, começam a falar em nome dos 80 por cento deserdados e até convencem alguns... Fazem uma revolução: não há pão, mas a primeira coisa que fazer é destruir as padarias...”

“A escolha do dia para a Real Regata de Canoas do Tejo varia com o calendário, porque as pessoas trabalham e é preciso ajustar. Uns anos é a 4, outros a 3, outros a 6. Mas queremos celebrar o dia da nacionalidade, a fundação de algo permanente, enquanto as comemorações dirigidas pelo senhor presidente da república no dia 5 de Outubro celebram o efémero, o sectarismo...”

cento da energia global. Linguistas também concluíram idêntica proporção nas palavras mais usadas nos textos que lemos. E os próprios átomos nunca são os mesmos e transferem energia por colisão — andam sempre à pancada! Nas sociedades humanas é muito assim: uma pequena parte dos 20 por cento dominantes, quando se sentem em risco, começam a falar em nome dos 80 por cento deserdados, e até convencem alguns... Fazem uma

revolução: não há pão, mas a primeira coisa que fazer é destruir as padarias...

Hoje o mundo está perigoso. Creio que serão as monarquias europeias a demonstrar uma certa

estabilidade. Não é por acaso que o sr. Putin parece querer inaugurar uma dinastia.

CR: É sempre bem recebido quando, como reputado cientista, se assume como monárquico?

Dado o meu volume e o meu peso, normalmente não tenho problemas (risos). •

FOTOGRAFIAS: ©HOMEM CARDOSO





REAL ASSOCIAÇÃO DEVIANA DO CASTELO

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.



Apontamentos para a história da Real Associação de Viana do Castelo

Menezes, José Adolfo Coelho da Costa Azevedo, Maria Teresa Vieira de Almeida Álvares de Carvalho Neves da Costa, António José Marques Pinto da Cunha, Carlos Manuel Lamas Mendes Pacheco, João Claudino Morais de Abreu Coutinho, José Aníbal Castro Marinho Soares Gomes, Lourenço José de Almada, Maria José de Azevedo da Costa Barros, Maria Rita Reynolds de Abreu Coutinho, João Gomes de Abreu e Lima, Paula Maria Matos Gomes Leite Marinho Gomes, António Rodrigues Fernandes de Sousa (militante do PPD/PSD), Manuel António Torres Gomes (dirigente distrital do PS) e José Manuel Le Cocq da Costa e Silva Neves da Costa (membro Fundador do PPM).

Tendo em vista a criação da Real Associação de Viana do Castelo, reuniram-se, a 22 de Abril de 1990, em Ponte de Lima, monárquicos de diversas tendências. A reunião contou com a presença de António Sampayo e Melo, em representação de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte e na qualidade de seu Chefe de Gabinete, D. Francisco de Bragança van Uden e João Alarcão.

Explicados os objectivos pretendidos por Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, com a criação de associações de carácter distrital que congregassem todos os monárquicos, decidiram os participantes aderir à ideia e iniciarem todo o processo burocrático tendente à criação da REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO, que culminou com a realização da respectiva escritura pública, no dia 7 de Setembro de 1990, na sede do distrito, em Viana do Castelo.

Foram fundadores da REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO Francisco Silva de Calheiros e

Posteriormente à criação da Real Associação de Viana do Castelo e de idênticas associações noutros distritos, era necessária a existência de uma estrutura de cúpula, que fosse o rosto e coordenasse o movimento monárquico em Portugal, sem que as Reais Associações perdessem a sua autonomia. Nesse sentido foi criada, em Ponte de Lima, no dia 18 de Dezembro de 1993, a CAUSA REAL – decorria, então, o I Congresso da Causa Real, em Viana do Castelo.

Foram fundadoras da CAUSA REAL a Real Associação de Viana do Castelo, a Real Associação de Lisboa e a Real Associação Escalabitana para a Defesa da Coroa e ainda, como ficou registado nessa escritura,



todas as Reais Associações que não estando presentes neste acto, se integrassem na CAUSA REAL - FEDERAÇÃO DAS REAIS ASSOCIAÇÕES no prazo de 90 dias, a contar daquela data. Em representação da Real Associação de Viana do Castelo outorgaram na escritura, José Adolfo Coelho da Costa Azevedo, José Aníbal Castro Marinho Soares Gomes e Paula Maria Matos Gomes Leite Marinho Gomes.

Durante estes 27 anos ao serviço de Portugal e do ideal monárquico, a Real Associação de Viana do Castelo tem-se norteado por um conjunto de princípios e iniciativas entre aos quais, para além da incondicional fidelidade ao Chefe da Casa Real Portuguesa, Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, importa destacar:

- um concurso realizado em 1992, intitulado “**O Primeiro de Dezembro de 1640 - A Restauração da Independência de Portugal**”, realizado em várias escolas do distrito e que contou com dezenas de participantes, tendo a entrega dos prémios ocorrido em Ponte da Barca;
- “**Jantar dos Conjurados**” realizado em 1994 em Ponte de Lima, presidido por D. Nuno de Bragança van Uden, onde um grupo de teatro da Escola C+S de Arcozelo representou uma peça alusiva à revolução de 1640;
- Parceria realizada com a **CEVAL – Confederação Empresarial do Alto Minho** que, desde 2013, permitiu a realização da iniciativa **PORTUGAL REAL 100% ALTO MINHO**, que tem como objectivo principal dar a conhecer os produtos do Alto Minho e conta com a presença e apoio de algumas empresas de referência da nossa região, revestindo, simultaneamente, um carácter solidário.

Das edições já realizadas do **Portugal Real 100% Alto Minho**, refira-se as que tiveram lugar em 2013 e 2014.

Em 2013

- No dia 7 de Junho, o **Jantar Oficial de boas-vindas a SS.AA.RR. os Duques de Bragança**, no Restaurante Picadeiro, no Centro Equestre do Vale do Lima, em Ponte de Lima, onde estiveram os presidentes das Câmaras Municipais de Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira, o vice-presidente da Câmara de Caminha, representantes de algumas Associações empresariais do distrito, membros de diversas Reais Associações e da Causa Real;



- No dia 8 de Junho, a **recepção de SS.AA.RR. os Duques de Bragança no Salão Nobre da Associação Empresarial de Viana do Castelo**, a que se seguiu um percurso pedonal pelo Centro Histórico da cidade, permitindo o contacto de Suas Altezas com a população, assim como a visita a alguns estabelecimentos comerciais, cujas montras tinham sido decoradas com motivos referentes à Família Real;
- A **recepção de SS.AA.RR. pelo presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, eng.º José Maria Costa** e a visita ao **Museu do Traje**, nesta cidade, onde eram aguardados por várias dezenas de populares;
- A **visita de SS.AA.RR. os Duques de Bragança, à Casa dos Rapazes de Viana do Castelo**, Instituição Particular de Solidariedade Social, onde actuou a Viana Bombos - Grupo de Bombos da Casa dos Rapazes de Viana do Castelo;
- O **Almoço e Festa Solidária na Quinta de São João, em Santa Marta de Portuzelo**, cuja receita reverteu a favor da **Casa dos Rapazes de Viana do Castelo** onde estiveram presentes SS.AA.RR., D. Anacleto Oliveira, Bispo da Diocese de Viana do Castelo, um deputado, a edilidade de Viana do Castelo e mais de 300 pessoas, que assistiram à actuação da Banda de Gaitas de Cardielos (especialmente apreciada pelo Senhor Dom Duarte), o Grupo de Serenatas de Perre e o Grupo Vozes do Lima – Música Tradicional;
- No dia 9 de Junho, **visita de SS.AA.RR. à Quinta do Casal do Paço**, em Padreiro, Arcos de Valdevez, que contou com uma prova de vinhos da marca “Afros” e a degustação de enchidos e doçaria locais;
- A **recepção oficial dos Duques de Bragança na Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez**, onde visitaram a Igreja e o Arquivo Histórico;

- A colocação, por S.A.R. o Senhor Dom Duarte, de uma coroa de flores no Monumento “Torneio de Valdevez” e outra na escultura de homenagem aos militares arcuenses tombados na Guerra do Ultramar, onde esteve sempre acompanhado por elementos do executivo arcuense, militares e muitos populares;



Esta visita ao Alto Minho, valeu ao Senhor D. Duarte o título de **1.º Embaixador da marca 100% Alto Minho**.

Em 2014

- Decorreu em Ponte de Lima no dia 27 de Junho, na loja regional Cadeia das Mulheres, a nomeação do Dr. Nuno Vieira de Brito, Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar, como 2.º Embaixador do Alto Minho, que recebeu o testemunho de S.A.R. o Senhor Dom Duarte;
- Em colaboração com o **Clube de Ténis de Viana do Castelo** e inserido no programa de actividades do Portugal Real 100% Alto Minho, realizou-se um **torneio nocturno de ténis**, entre as 21h00m do dia 27 de Junho e as 9h00m do dia 28, no qual participaram dezenas de tenistas, cabendo a entrega dos prémios, a S.A.R. o Senhor D. Duarte;
- A organização, no dia 28 de Junho, no Auditório da sede do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, do **XX Congresso da Causa Real**;
- A realização do **Jantar Solidário**, presidido por SS.AA.RR. os Duques de Bragança, na Quinta da Presa, sita na freguesia da Meadela, Viana do Castelo, cuja receita reverteu para a Casa dos Rapazes de Viana do Castelo e que contou com a actuação do Coro de Câmara “Contraponto” e do grupo de jovens cantores da cidade de Viana do Castelo, a que seguiu um arraial minhoto;
- A **recepção solene de SS.AA.RR. os Duques de Bragança pelo presidente da Câmara de Caminha**, no Salão Nobre da autarquia, Dr. Miguel Alves, a que se seguiu uma visita guiada pelo Centro histórico da vila;

Para além destas acções de envolvimento junto da Comunidade, a Real Associação tem igualmente apostado na comunicação e sensibilização da comunidade regional, criando para o efeito o **CENTRO DE**

ESTUDOS ADRIANO XAVIER CORDEIRO, vocacionado para a realização de iniciativas de carácter formativo e informativo, actuando como pólo de encontro, de reflexão e de divulgação do ideal monárquico, do património material e imaterial português e da lusofonia;

Assim, em Junho de 2014, teve lugar o lançamento do n.º 0 da **REAL GAZETA DO ALTO MINHO**, boletim informativo em formato digital, da Real Associação de Viana do Castelo, com periodicidade trimestral, tendo já saído até ao presente 16 números.

Em Novembro de 2014 realizou-se, em Ponte de Lima, o **“Jantar dos Conjurados”**, em colaboração com a Real Associação de Braga e apoio da congénere do Porto. O **Prof. Doutor Pedro Vilas Boas Tavares**, docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, proferiu uma impressionante conferência sobre o tema **“Para uma releitura dos «papéis» justificativos da Restauração”**. Aqui estiveram presentes o Dr. Mário Ferreira e o Dr. Nuno de Matos, respectivamente presidente e vice-presidente da Comissão Política Concelhia de Ponte de Lima do Partido Social Democrata (PPD/PSD), a Dr.ª Natália Rodrigues e o Eng.º Filipe Lopes, membros do Secretariado da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Ponte de Lima (PS).

No dia 12 de Setembro de 2015 comemorou-se o **25.º Aniversário da Real Associação de Viana do Castelo**, com a realização de um surpreendente jantar na Casa da Lapa (também conhecida por Casa dos Calistos), em Ponte de Lima, onde estiveram presentes cerca de 150 participantes e representantes da Associação Cultural Luso-Moçambicana, entre os quais o presidente da Direcção, Eng.º Abel Ferreira e o arquitecto Paulo Reis. O CDS/PP fez-se representar pela Dr.ª Carolina Reis Faria, adjunta do Secretário de Estado da Alimentação e da Investi-





gação Agroalimentar e a Confederação Empresarial do Alto Minho-Ceval, pelo vice-presidente da direcção, Sr. Américo Temporão Reis.

Neste dia foi assinado um **ACORDO DE COOPERAÇÃO** entre a **REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO** e a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL LUSO-MOÇAMBICANA**, tendo em vista a conjugação de sinergias institucionais, direccionadas para a dinamização de um conjunto de iniciativas que visam estabelecer um profícuo diálogo que fomenta o respeito, a valorização e a divulgação da cultura dos dois povos.

Com a aproximação das eleições legislativas de 4 de Outubro, a Real Associação de Viana do Castelo contactou os 16 partidos concorrentes pelo Círculo Eleitoral de Viana do Castelo, no sentido de saber se os cabeças de lista concordavam com a «**a alteração da redacção da alínea b) do artigo 288º da CRP, substituindo-se a expressão "forma republicana" por "forma democrática" de organização do Estado**»; e com a realização de um referendo sobre **República ou Monarquia**.

A esta interpelação responderam várias forças políticas.

No dia 1 de Dezembro de 2015, a Real Associação de Viana do Castelo arrancou com três concursos a nível escolar, destinados aos alunos do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos de escolaridade, e professores do "Distrito de Viana do Castelo".

O tema central foi "**O PRIMEIRO DE DEZEMBRO DE 1640 – A Restauração da Independência de Portugal**", podendo os concorrentes optar por trabalhos que poderiam revestir a forma de texto (prosa ou poesia), desenho, pintura, escultura ou audiovisual.

Em 2016, a *Real Associação de Viana do Castelo*, foi convidada pela Buraca da Moura Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Barbeita e pelo Município de Monção a co-organizar o evento "**PONTE DO MOURO MEDIEVAL**", que decorreu nos dias 10, 11 e 12 de Junho de 2016, na vila de Monção e no lugar de Ponte do Mouro, freguesias de Barbeita e Ceivães, que recriou o encontro entre D. João I e o Duque de Lancastre, na passagem do 630.º aniversário. Sua Alteza Real o Senhor D. Duarte Pio e o Marquês de Lavradio, D. Jaime d'Almeida, na qualidade de Chefe do nome e armas dos Lancastres em Portugal, estiverem presentes no evento. No dia 11 de Junho, o Senhor Dom Duarte e os Marqueses de Lavradio,



foram recebidos pelo presidente da Câmara Municipal de Monção, Eng.º Augusto de Oliveira Domingues, no Museu do Alvarinho, após o que teve lugar na Praça Deu-la-Deu Martins, uma saudação a S.A.R. o Duque de Bragança por ex-combatentes do Ultramar, seguida de deposição de coroa de flores no monumento "À Memória dos Combatentes do Concelho de Monção mortos pela Pátria na guerra do Ultramar", com uma guarda de honra constituída por um clarim e uma secção do Regimento de Cavalaria n.º 6 de Braga.

Após a abertura oficial do "Ponte de Mouro Medieval", foi descerrada no local, uma placa comemorativa do evento, pelo Duque de Bragança, Marquês de Lavradio e presidente da Câmara Municipal de Monção.

Em Novembro de 2016, realizou-se em Viana do Castelo, o "**Jantar dos Conjurados**", que contou com cerca de 200 participantes. Aqui teve lugar a cerimónia de entrega dos prémios dos Concursos Escolares que decorreram no ano lectivo 2015/2016, nas Escolas do Alto Minho, sobre o tema "O Primeiro de Dezembro de 1640 – A Restauração da Independência de Portugal".

Destaca-se a presença da Dr.ª Ilda Novo, responsável distrital do CDS/PP e deputada pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo, do Dr. Miguel Alves, presidente da Federação Distrital de Viana do Castelo do Partido Socialista (PS) e presidente da Câmara Municipal de Caminha, do Dr. Paulo Esteves, vereador do Pelouro das Actividades Sócio-culturais da Câmara Municipal de Monção, do Dr. Filipe Amorim, presidente do Plenário Concelhio de Ponte de Lima do PSD.

Do movimento monárquico, estiveram presentes diversos simpatizantes.

Para além dos alunos premiados e dos seus familiares, marcaram também presença representantes de direcções de diversas escolas, da CEVAL (Confederação Empresarial do Alto Minho), do Deutsche Bank, Crédito Agrícola, Minho Fumeiro.

Seguiu-se a palestra do Senhor Coronel e historiador militar, Américo José Henriques, que brindou os presentes com uma brilhante intervenção, sobre o tema "**A ocupação filipina e a Revolução do 1.º de Dezembro de 1640**".

Em 2017, no dia 27 de Maio, no Auditório da Casa

OBRIGADO!

Obrigado por me ter confiado a venda da sua casa em 2017.
Em 2018, prometo continuar dar o meu melhor, no mínimo que fizer.*

“Parabéns Manuel Rebelo de Andrade, por este feito extraordinário, que faz de si um dos profissionais de topo da Indústria Imobiliária.”

Manuel Alvarez, Fundador Remax Portugal, Convenção Remax 2018



Agente premiado pela Remax Portugal pela excelência resultado de vendas
Prémio Revelação do Ano pela agência #1 do mundo, categoria Single Office

*Sê todo em cada coisa. Põe quanto és, No mínimo que fazes”, Ricardo Reis (heterónimo de Fernando Pessoa), in Odes.
Na foto, Manuel Rebelo de Andrade, ao centro, com Manuel Alvarez e Beatriz Rubio, fundadores da Remax Portugal
Sentir Lisboa - Med. Imobiliária lda - Lic.AMI 10006 - Av. de Roma nº 48 A - Cada agência é de propriedade e gestão independente

Manuel Rebelo de Andrade
Consultor Imobiliário

Tel. (+351) 962 407 845
mrandrade@remax.pt
www.remax.pt/mrandrade

RE/MAX
PRESTIGE
WORLD #1 SINGLE OFFICE





9

da Terra, em Ponte de Lima, que estava repleto, teve lugar a primeira das tertúlias intitulada “**Reais Conversas com...**” o Dr. Francisco Abreu e Lima, ex-presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima e o Dr. Franclim Castro Sousa, ex-vereador deste município e ex-presidente da Associação Concelhia “Feiras Novas”, cujo tema foi a **Feira de Ponte**, com a moderação a cargo da jornalista Dr.ª Rosário Sá Coutinho.

De 2 a 4 de Junho decorreu a II Edição Ponte do Mouro Medieval, em Monção, estando presente na sessão de abertura Sua Alteza Real D. Duarte Pio, Duque de Bragança. Após o que teve lugar a conferência intitulada “**D. Filipa de Lencastre, a noiva escolhida por D. João I**”, a cargo da Professora Doutora Manuela Santos Silva, docente da Universidade de Lisboa.

No dia 7 de Outubro de 2017, a Real Associação de Viana do Castelo, numa iniciativa global designada “**Roteiros pelo Alto-Minho**”, que consistem em visitas guiadas a locais de interesse histórico e cultural, promovendo o turismo e as tradições do Alto Minho, em parceria com a Turinóbrega, empresa turística de Ponte da Barca, começou pelo “**Circuito Mariano das Terras da Nóbrega**”, que teve uma grande adesão.

Em Outubro, foi lançado o 1.º panfleto em papel (formato A5), “**Monarquia - Razões Indiscutíveis, n.º 0**” 8 factos, de divulgação do ideal monárquico que foi distribuído gratuitamente pela Real Associação de Viana do Castelo, em pontos de venda de jornais (quiosques) e bombas de gasolina, em todos os 10 concelhos do Alto Minho.

No dia 1 de Março de 2018, foram lançados dois concursos a nível escolar, destinados aos alunos do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º Ciclos escolaridade) e ensino secundário do “Distrito de Viana do Castelo”, cujo tema central é “**5 DE OUTUBRO DE 1143 – O DIA EM QUE PORTUGAL NASCEU**”.

No dia 27 de Abril, em colaboração com o município local, tiveram lugar, na Casa da Cultura da Ponte



10

da Barca, que encheu completamente, as “**Reais Conversas com...**” Eng.º António Borges Taveira, Eng.º António de Mattos e Silva e Eng.º José Mattos e Silva, com o tema: “**Fernão de Magalhães, as Terras da Nóbrega e outras histórias...**”.

José Aníbal Castro Marinho Soares Gomes

Direcção da Real Associação de Viana do Castelo, eleita no dia 12 de Março de 2017:

Presidente: José Aníbal Castro Marinho Soares Gomes

Vice-presidentes: Mariana Pimentel Ferreira de Magalhães Sant’ Ana, Pedro Miguel Gonçalves Giestal, Susana Jesus Moreira Cunha Cruz Cerqueira

Secretárias: Maria do Carmo Fernandes Ferreira Pinto, Maria João Miranda Pereira Vasco

Tesoureiro: Paulo do Souto Álvares da Cunha

Vogais: Porfírio Pereira da Silva, D. José Vaz de Almada (Almada), António Augusto Queiroz de Athayde da Rocha Páris de Vasconcellos e Francisco Maria de Magalhães de Abreu Pereira Coutinho (Visconde de Cortegaça)

FOTOGRAFIAS: 1. - Viana Bombos actuam para SS.AA.RR. os Duques de Bragança em Viana do Castelo;
2. - Roteiros pelo Alto Minho - Circuito Mariano das Terras da Nóbrega;
3. - S. A. R. o Sr. D. Duarte com o Sr. Eng.º Augusto Domingues, presidente da Câmara Municipal de Monção e o Sr. António Simões, presidente da Assembleia Municipal de Monção. Ponto do Mouro Medieval, 11 de Junho de 2016;
4. - Jantar dos Conjurados em Viana do Castelo (2016) a deputada do CDS Ilda Araújo Novo;
5., 6., 7. e 8. - Ponto do Mouro Medieval, I edição, 10 de Junho de 2016;
9. e 10. - Sala cheia nas Reais Conversas com... “Fernão de Magalhães, as Terras da Nóbrega e outras histórias...”

Belém

Manuel Rebelo de Andrade

Consultor Imobiliário

Associado da Real Associação de Lisboa



Num momento em que tanto se diz e escreve sobre o mercado imobiliário, proponho-me iniciar neste espaço uma série de análises imobiliárias resumidas sobre os bairros mais importantes de Lisboa. E porque se tem de começar por algum lado, aproveito trabalho já desenvolvido e começo por aquele bairro onde foi edificado o monumento que Edgar Quinet, intelectual francês do sex. XIX, definiu como um “Monumento de uma sublimidade tão ingénita, tão original, que nele parece conter todo o pensamento do povo português”. Refiro-me aos Jerónimos e, obviamente, à Freguesia de Belém.

Porque os bairros são a sua história, vale a pena lembrar que foi de Belém que partiram inúmeras naus para explorar a costa de África e mais tarde a esquadra de Vasco da Gama, que rompeu o caminho para a Índia, abrindo novos horizontes aos Portugueses e ao mundo. E foi de Belém que partiram as embarcações de Afonso Albuquerque para construir no Oriente o maior império colonial na época.

Foi também em Belém que a 27 de Outubro de 1909 é feita a primeira tentativa de voo em Portugal, no antigo hipódromo, pelo piloto Francês Armand Zipfel. E foi de Belém que no dia 30 de Março de 1922 partiram Gago Coutinho e Sacadura Cabral para a primeira travessia área do atlântico sul, mostrando ao mundo como navegar com precisão matemática.

Mais recentemente, é também aqui que é lançado um dos mais importantes projectos de âmbito mundial no campo da biomedicina, a Fundação Champalimaud, acolhendo os maiores talentos a nível internacional dedicados à investigação no campo das Neurociências e Oncologia.

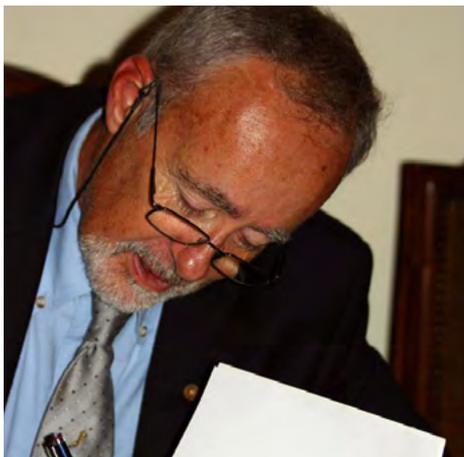
Reflexo da sua história, Belém é hoje a zona com a maior concentração de património e museus do país, tornando-se por consequência uma das zonas de maior afluência turística.

Numa outra dimensão, Belém foi estância de Verão da burguesia Lisboaeta e em 1875 é referenciado por Ramalho Ortigão, no livro as “Praias de Portugal”, como “a mansão oficial da vilegiatura de Lisboa”. Na mesma publicação, Ramalho refere ainda um aspecto interessante que é “o carácter de um bairro urbano desgregado da capital pela breve solução de continuidade que há nas edificações marginais entre Alcântara e Junqueira”.

Esta localização “desgregada” do centro da cidade, a possibilidade de sair de casa a pé para uma caminhada junto ao rio, a monumentalidade, a história, as efemérides na praça do império, a rua das lojas onde se encontram duas das mais famosas pastelarias de Lisboa, “o Careca” e “os Gelados do Chile”, ponto de encontro dos residentes, confere aos habitantes de Belém um sentimento de uma certa insularidade, como que se morassem fora de Lisboa. Note-se que quem mora em Belém “vai a Lisboa”, da mesma forma e com a mesma convicção de quem mora em qualquer outro local da linha.

Acredito que esta insularidade e a redução de famílias residentes entre 2001 e 2011 são os principais factores para a estabilidade nos preços do mercado imobiliário da freguesia até há um ano atrás, momento a partir do qual os valores de venda por m2 dos apartamentos entra numa trajectória francamente ascendente, atingindo já valores só acessíveis a uma população com poder de compra elevado, continuando, contudo, a verificar-se uma tendência estável nos valores transaccionados nas moradias.

Penso que a afluência de turismo não irá ter impacto nos valores por m2 da zona. Por um lado, o turista quer dormir no centro da cidade e, por outro lado, considerando as tipologias construídas, a pensar em agregados familiares de dimensão acima da média, não acredito que o alojamento local, habitualmente desenvolvido em apartamentos de pequena dimensão, possa constituir alternativa aos centros históricos.



NOME: José Filipe Dias da Costa Menéndez.
IDADE: 64 anos.
NACIONALIDADE: Português
OCUPAÇÃO: Investigador na área das Ciências Históricas e Heróicas.

CR - Porque decidiu tornar-se sócio da Causa Real?

Nasci e fui educado numa família bem estruturada, de culto cristão e pendor monárquico, quer nas raízes espanholas, quer nas beirãs. Minha avó materna, antiga professora do Ensino Primário, que me ajudou a criar e me educou, para lá do culto familiar e da tradição dos antepassados, inculcou-me o culto pela sua querida Família Real, contando-me velhas estórias e algumas histórias da sua meninice, que cedo começaram a aguçar o meu interesse pela História e pela Genealogia e a despertar o meu gosto pela Causa Monárquica, que integrei desde 1984 (filiado 12.629) por algum tempo.

CR: Como vê hoje o movimento monárquico português?

Com um misto de esperança na acção dos jovens que integram a Juventude Monárquica Portuguesa e o desejo de que abram o caminho

ao ressurgimento alargado do ideal monárquico, que no futuro possa assegurar uma consciência colectiva sobre as vantagens da Instituição Monárquica, histórica e culturalmente representativa da identidade e tradição nacionais.

CR: Quais os seus principais desafios?

O da afirmação dos pressupostos contidos no ideal monárquico, conducentes ao esclarecimento das vantagens institucionais do regime monárquico versus regime republicano.

CR – Que contributo espera poder dar ao nosso movimento?

Com uma disponibilidade muito reduzida, não só pela distância a que me encontro (e me afasta) de Lisboa, como pela participação activa em várias academias e associações que ainda integro e não me deixam tempo livre por aí além, não vejo bem como possa contribuir no seio da Causa. Ainda assim, não sendo de modo algum um doutrinador, mas como académico, ligado à investigação histórica e genealógica, estarei disponível, em certa medida, para contribuir dentro dessas áreas, colaborando na (in)formação que acharem conveniente e oportuna.

Daqui e Dali

“Os monárquicos portugueses não querem pompa nem circunstância, nem corte nem cortesãos. Querem uma monarquia do século XXI e para o século XXI, moderna, descomplexada com a história pátria mas não alheada de uma particular continuidade multissecular que faz de nós uma das mais antigas nações europeias.”

Luís Barata



O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto. 1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a quinta-feira, das 15 às 18 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: secretariado@reallisboa.pt

Todos os números do boletim em pdf em: www.causareal.pt

Real Associação de Lisboa



CORREIO REAL

Direcção e coordenação: João Távora

Redacção: Leonor Martins de Carvalho, João Távora, Tomás Moreira

Design e edição: Madalena Pestana

Fotografia de capa: ©Homem Cardoso

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2250 exemplares

Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho, artigo 12º n.º1 alínea a)



Assembleia Geral da JMP Lisboa



No passado dia 24 de Fevereiro, decorreu a Assembleia Geral Electiva da Juventude Monárquica Portuguesa de Lisboa na sua sede, na Rua do Carrião, onde foi eleita uma nova Direcção para 2018/2020.

Esta nova Direcção vai apostar na formação dos seus associados, nas áreas da Política, História Militar e Cultura.

A todos muitos parabéns por esta eleição e bom trabalho para estes próximos dois anos.

DIRECÇÃO

Presidente: Nuno de Albuquerque Gaspar

Vice Presidente: Maria do Carmo Cunha Coutinho

Secretário: Zé Maria Carnall

Tesoureiro: Ruben Lozada

Vogal: Diogo Teixeira Dias

Vogal: Vasco Nunes

Vogal: Carlos Guimarães

Assembleia Geral da JMP Porto



No passado dia 7 de Abril de 2018, a JMP-Porto realizou a sua Assembleia-Geral, tendo sido apresentados e aprovados o relatório de actividades e contas de 2017, bem como o plano de actividades e orçamento para 2018. Procedeu-se igualmente à cooptação para vogal da direcção do associado Tiago Rocha e foram aprovadas as moções: “Relembrando La Lys”, “Jovens pela Cultura” e “Do Alinhamento Internacional: moção de estratégia sectorial para o movimento monárquico português”.

No final do evento os participantes prestaram ainda a sua homenagem a propósito do centenário da batalha de La Lys junto ao Monumento aos Mortos da Grande Guerra, com a deposição de flores e o cumprimento de um minuto de silêncio em memória das vítimas do conflito.





Jantar dos Conjurados 2017

coordenador da animação musical.

Iniciou-se o evento com a leitura

da “Mensagem aos Portugueses” por Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, o sempre muito aguardado balanço das actividades do Chefe da Casa Real e indicação das suas iniciativas futuras.

Após uma comovente homenagem aos malogrados militantes e dirigentes monárquicos Luís Braamcamp Sobral e João Mattos e Silva com os testemunhos lidos por Vasco Telles de Gama e João Távora, as mais de três centenas de convivas aplaudiram a intervenção do Eng. Tomás Moreira, vice-presidente da Direcção Nacional da Causa Real, que substituiu o Dr. António de Souza-

O Jantar dos Conjurados, organizado pela Causa Real com o apoio da Real Associação de Lisboa, foi, uma vez mais, o grande momento de convívio com a Família Real Portuguesa, assinando a Restauração da Independência Nacional a 1 de Dezembro de 1640.

O sucesso desta iniciativa, cujo lucro beneficiou a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oleiros, deveu-se às várias empresas e entidades que patrocinaram o evento, bem como à excelência do Hotel Palácio Estoril que uma vez mais nos acolheu, sem esquecer a colaboração do tenor Bruno de Menezes Ribeiro,

-Cardoso, ausente no estrangeiro.

Também as Reais Associações de Braga e de Viana do Castelo, com o apoio da Real Associação do Porto, promoveram, a 30 de Novembro de 2017, um Jantar de Conjurados em Braga, a que se seguiu uma conferência proferida pelo Dr. Carlos Aguiar Gomes intitulada “E hoje o que fariam os Conjurados?”.

Por seu lado, no dia 1 de Dezembro de 2017, as Reais Associações do Principado da Beira, ou seja, Real Associação de Viseu, Real Associação da Beira Litoral e Real Associação de Coimbra, celebraram o Primeiro de Dezembro em Viseu, assistindo à mensagem do Duque de Bragança.



Intervenção de Tomás Moreira no Jantar dos Conjurados

cumprido os quarenta anos da primeira Mensagem de S.A.R. Dom Duarte Pio aos portugueses. Citou alguns trechos do compromisso assumido nessa Mensagem:

“A Instituição Real explica-se por uma dívida total ao País, para além da existência ou inexistência do Trono. Os Reis e os seus Herdeiros nascem para servir a colectividade e todavia, isso deve afastá-los da competição pelo Poder.

Explicam-se para unir, no Trono ou na vida mais discreta, no devotamento público ou na dedicação mais silenciosa.

Não sou chefe político. Não me cabe fazer política na acepção comum da palavra.

O Herdeiro dos Reis de Portugal não tem de pretender; cabendo-lhe aguardar quanto os Portugueses possam, porventura, decidir sobre as Instituições.

Cabe-me estar ao vosso dispor.

Farei do cumprimento desses deveres a razão da minha vida”

Discursando na sua qualidade de vice-presidente da Causa Real, Tomás Moreira começou por salientar a importância de termos uma família real dedicada a servir a Nação.

Lembrou que no ano findo se haviam completado quarenta anos sobre o falecimento do Sr. Dom Duarte Nuno, uma das primeiras vozes em Portugal contra os riscos da monocultura do eucalipto. Tendo sempre repetido que não era pretendente a nada mas que estava ao serviço dos portugueses, dedicou a sua vida a essa missão. Nas palavras do Eng^o António de Souza-Cardoso: “Os portugueses não souberam merecê-lo.”

Seguidamente recordou que pelo mesmo motivo se tinham também

Somos testemunhas de que S.A.R. tem cumprido a sua promessa, fazendo dos seus deveres a razão da sua vida, sempre ao dispor dos portugueses sem exigir nada em troca. Ao longo de quatro décadas, com incansável trabalho e dedicação, conquistou respeito, prestígio, notoriedade e a simpatia popular em todo o País e fora dele. Graças a essa empreitada, hoje toda a gente sabe quem é o Rei dos Portugueses.

Foi a primeira voz a defender algumas causas importantes: Timor, Cabinda, o ambiente, a defesa do mundo rural, o mutualismo e as Caixas Económicas como alternativa aos bancos do regime, etc.

Os portugueses deveriam estar-lhe gratos, mas corremos o risco de dizerem de nós aquilo que se disse da geração anterior. Estaremos a saber merecê-lo?

Finalmente, Tomás Moreira salientou estarmos perante uma nova geração de Braganças, já todos adultos. O que lhes pedem os monárquicos e os portugueses? Pois que sigam o exemplo

dos seus maiores e que sirvam Portugal, cabendo naturalmente uma responsabilidade acrescida a S.A. o Sr. D. Afonso, Príncipe da Beira. E esperamos que os portugueses, a começar pelos presentes, se venham a demonstrar merecedores dessa dedicação.

Referindo-se aos festejos oficiais da Restauração da Independência de Portugal, questionou essa designação.

Lembrou que formalmente, durante a terceira dinastia e os 60 anos de reinado “dos Filipes”, Portugal nunca perdeu a sua independência. Viveu na situação em que estão hoje o Canadá, a Austrália, Nova Zelândia e outros – ou seja, Portugal era uma Monarquia regida por um rei estrangeiro, mas não deixara de ser um Estado autónomo, pelo que a independência não necessitava ser restaurada.

O que levava então os Conjurados a



revoltarem-se, pondo em risco as suas vidas?

Não foi para conquistar a Independência (que formalmente existia); não foi para restaurar o regime monárquico (que subsistia com um Rei estrangeiro); foi sim para que os portugueses voltassem a ter um Rei português. Porque compreenderam que sem termos um Rei português, a nossa independência era uma mera formalidade jurídica.

E lembrou que isso é verdade também nos nossos dias, sobretudo se continuarmos a perder parcelas de soberania e interesses estratégicos para instâncias supra-nacionais e para o controle de estrangeiros. Pelo que

continua a ser oportuno, aqui e agora – a exemplo dos Conjurados - lutarmos por ter um Rei português.

O que começa por valorizarmos aquilo que já temos. O Duque de

Bragança, não sendo (ainda) Rei de Portugal, é reconhecido como Rei dos Portugueses e está com eles. Só falta que os portugueses formalizem essa relação e se mostrem merecedores do exemplo de serviço que têm recebido do Sr. Dom Duarte.

Terminou o seu discurso com um apelo: Se queremos pedir à Casa de Bragança que continue a servir Portugal, imitando os seus antepassados, temos nós também que lealmente assumir o compromisso de, imitando os Conjurados, trabalhar no sentido de que o Rei dos Portugueses em breve seja também Rei de Portugal.

Roteiros Reais

Na senda dos seus Roteiros Reais, a Real Associação de Lisboa organizou várias visitas de carácter cultural viradas para o conhecimento do património do território em que exerce a acção e que, em geral, está ligado à monarquia e à História de Portugal.

Assim, a 16 de Dezembro de 2017, 40 associados, numa visita guiada pelo nosso associado Joel Moedas-Miguel, voltaram ao **Palácio da Ajuda**, para reviver o Natal da Família Real num palácio que foi residência oficial da Família Real Portuguesa entre 1861 a 1910 e onde o Rei D. Luís, seguindo a tradição introduzida por seu pai, D. Fernando, montava todos os anos uma árvore de Natal na sala do despacho, para os seus filhos D. Carlos e D. Afonso, e aí distribuía os presentes, consolidando assim este costume em Portugal.

Escolhido a dedo foi o dia de Reis de 2018 para uma visita ao **Palácio de S. Bento**, numa viagem no tempo até à época do constitucionalismo monárquico, para abordar o que foi o

parlamento oitocentista, enquadrando a sua composição, funcionamento e evolução política, e a sua relação com os Reis constitucionais. Desta feita a visita foi guiada pelo nosso associado, o historiador Dr. Lourenço Pereira Coutinho, e pelo Dr. Miguel Sousa Lara, do Museu da Assembleia da República

A 3 de Março de 2018, com o apoio do Núcleo do Sul do Tejo, um pequeno mas interessado grupo visitou o extraordinário **Museu da Música Mecânica na Quinta do Rei no Pinhal Novo**, guiados pelo proprietário da colecção de mais de 600 engenhos de música mecânica e director do museu, Luís Cangeiro, numa fascinante incursão aos sons

dos aparelhos antigos de reprodução sonora, caixas de música, fonógrafos e gramofones dos finais do século XIX à década de 30 do século XX.

Por fim, dia 7 de Abril, cerca de 40 associados voltaram aos palácios, guiados pelo nosso associado Joel Moedas Miguel, visitando o **Palácio Real da Bemposta**, mandado construir em 1693 pela Rainha-viúva de Inglaterra, D. Catarina de Bragança, que lá viveu até à sua morte em 1705. Nessa altura, o palácio passa para o seu irmão D. Pedro II e, no reinado de Dom João V, para a Casa do Infantado. Por aqui vão passar vários filhos, legítimos e ilegítimos, destes dois reis, até que, no séc. XIX, Dom João VI vai aqui também viver e morrer.



Notícias da Real Associação do Porto

A Real Associação do Porto tem o gosto de dar a conhecer algumas das suas actividades no primeiro quadrimestre de 2018:

No dia 1 de Fevereiro celebrou-se no Porto uma **Missa em memória do Rei Dom Carlos e do Príncipe Real Dom Luís Filipe**, a qual foi presidida pelo Reverendo Pe. Jardim Moreira, que, como tem sido habitual, teve lugar na Igreja de São José das Taipas.



1

No dia 14 de Fevereiro celebrou-se uma Missa, também muito concorrida, em memória de S.A., o Senhor Dom Henrique de Bragança, Infante de Portugal e Duque de Coimbra, na Igreja dos Carmelitas.



2

No âmbito do protocolo celebrado entre o Círculo Dr. José de Figueiredo – Amigos do Museu Nacional de Soares dos Reis e a Real Associação do Porto, realizou-se no dia 1 de Março uma visita orientada à Exposição "José de Almada Negreiros: desenho em movimento", que ocorreu no M.N.S.R., exclusiva para os nossos associados e que mereceu um enorme

interesse e participação.

Em 23 de Março, o Colégio Nossa Senhora do Rosário organizou um debate **Monarquia vs República**, para o qual convidou como oradores, pela parte Republicana, Manuel Pizarro, presidente da Federação Distrital do PS Porto e vereador da Câmara Municipal do Porto e o poeta e assistente parlamentar no Parlamento Europeu, Rui Lage e,

pelo lado Monárquico, Aline Gallasch Hall de Beuvinck e o presidente da Real Associação do Porto, Jorge Leão. O debate, muito animado, com uma excelente mediação de três alunos organizadores do mesmo, teve uma duração superior a duas horas, com um auditório esgotado com mais de 120 pessoas, que se mostrou bastante interessado e interventivo. Como por



3



4



nós esperado, os argumentos monárquicos actuais mais uma vez, se afirmaram positivamente.

A **21 de Abril**, teve lugar a apresentação do livro **“Porque sou Monárquico”**, no Clube de Leça, no âmbito de uma parceria entre a Real Associação de Lisboa e a Real Associação do Porto. Para além do presidente da Real Associação de Lisboa, João Távora, do editor do livro, Vasco Rosa e do presidente da Real Associação do Porto, Jorge Leão, esteve como orador convidado, para apresentar o livro, o nosso associado, advogado e historiador, António Cardoso Moniz. Esta iniciativa editorial é uma antologia de textos políticos até agora dispersos e uma homenagem ao prestigiado homem de pensamento e doutrinador monárquico, o arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles.

A sala Nobre do Clube de Leça teve uma grande afluência, os discursos e a entusiasmada apresentação foram um sucesso, tendo unanimemente manifestado os presentes o seu agrado e entusiasmo.

Por último, não queremos deixar de dar conhecimento que, por motivo do desporto não se enquadrar no objecto social da nossa associação, a Taça Duque do Porto, em 2018, passou a ser organizada pela ARSCD – Associação Real Social Cultura Desporto, uma associação apolítica e de âmbito nacional, entretanto constituída, que se dedica exclusivamente a projectos

de carácter social, cultural, desportivo e de solidariedade.

Em reconhecimento do desenvolvimento da Taça Duque do Porto ao longo dos últimos quatro anos, a Real Associação do Porto foi convidada para sócia honorária da ARSCD.

• **Jorge Leão**,
Presidente da Real Associação do Porto

FOTOGRAFIAS: 1.- Museu Nacional Soares dos Reis
2.- Panorama da Missa de 1 de Fevereiro
3.- Debate Monarquia vs República Colégio Nossa Senhora do Rosário: à esquerda pelo lado Monárquico, Jorge Leão e Aline Gallasch-Hall de Beuvink no uso da palavra.
4.- Debate Monarquia vs República Colégio Nossa Senhora do Rosário – panorama da assistência
5.- António Cardoso Moniz, Jorge Leão, João Távora e Vasco Medeiros Rosa na apresentação do livro “Porque Sou Monárquico” do Arqº Gonçalo Ribeiro Telles.
6.- Aspecto da sala.



Razões Reais

Na sequência do sucesso da primeira publicação da chancela Razões Reais, com o livro “Porque sou Monárquico” do Arq. Gonçalo Ribeiro Telles, a Real Associação de Lisboa prepara para os próximos meses o lançamento de uma antologia de textos políti-



cos do ideólogo e pensador monárquico Henrique Barrilaro Ruas, assim como “Requiem por el-Rei D. Carlos I e pelo Príncipe Real” que reunirá as 10 homilias em sufrágio das vítimas do regicídio proferidas pelo Rev. Pe. Gonçalo Portocarrero de Almada.

Visita de S.A.R. D. Duarte de Bragança à Beira Interior

27 E 28 DE JANEIRO DE 2018

A Real Associação da Beira Interior, convidou Sua Alteza Real, D. Duarte de Bragança, para uma visita à Beira Baixa que decorreu nos dias 27 e 28 Janeiro de 2018.

D. Duarte começou por ser recebido nos Paços do Concelho de Castelo Branco, pelo presidente, Dr. Luís Correia e pelo executivo camarário. Foi oferecido pela autarquia um bordado de Castelo Branco e uma medalha da cidade.

Posteriormente, foi convidado pela Autarquia a visitar o Centro de Interpretação do Bordado de Castelo Branco, onde foi mostrado todo o processo de elaboração do bordado de Castelo Branco, desde a matéria-prima até ao produto final.

Para finalizar a visita a esta cidade, foi oferecido pela Câmara Municipal um almoço a Sua Alteza Real.

Continuando o programa previsto, S.A.R. D. Duarte dirigiu-se para Oleiros, onde foi recebido pela Banda Filarmónica Oleirense e foi saudado pela população da Vila. Assistiu-se a uma demonstração de esgrima com soldados fardados do século XIX,



uma vez que, nesse fim-de-semana, foi a comemoração do centenário da Visita de S.A.R. D. Carlos àquele concelho.

Na Câmara Municipal de Oleiros, foi recebido pelo presidente, Dr. Fernando Jorge e pelo executivo camarário e por várias entidades do Concelho de Oleiros e também pelo presidente da Câmara Municipal do Tarrafal (Cabo

Verde), onde lhe foram oferecidos produtos regionais do Concelho de Oleiros.

Seguiu-se uma visita à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oleiros, onde foi recebido pela sua Banda Filarmónica. Neste encontro estavam presentes, também, os escuteiros da vila.

No final da visita a Oleiros, a Câmara Municipal ofereceu um lanche no hotel de Oleiros, convidando toda a população.

Para finalizar este dia, foi realizado pela Real Associação da Beira Interior um jantar, onde participaram entidades locais, monárquicos e S.A.R. D. Duarte de Bragança.

No dia 28 de Janeiro, S.A.R.

D. Duarte de Bragança, iniciou o seu dia na aldeia de Póvoa de Rio de Moinhos, onde visitou o edifício da União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede e foi recebido pelo presidente da União de Freguesias e pelo executivo. Em agradecimento à sua visita foram-lhe oferecidos livros e uma lembrança em prata. Seguiu-se a Eucaristia Dominical, na Igreja Matriz de São Lourenço – Póvoa de Rio de Moinhos, presidida pelo Reverendo Padre Dr. Ilídio Mendonça. No final da missa visitou a Casa da Cultura, o Museu do Moleiro e a Biblioteca.

Posteriormente dirigiu-se para Castelo Novo, onde foi recebido pelo presidente da Câmara Municipal do Fundão, Dr. Paulo Fernandes, pela presidente da Junta de Freguesia de Castelo Novo, Maria de Jesus Abelho, pelos respectivos executivos e pelos habitantes da aldeia.

D. Duarte de Bragança fez uma visita ao castelo de Castelo Novo e, no edifício da Junta de Freguesia, recebeu da Câmara Municipal do Fundão produtos regionais do Concelho, falou sobre a região e o impacto dos recentes incêndios e prestou todo o seu apoio.

Foi convidado pelo presidente da



Câmara Municipal do Fundão e pelo executivo para um almoço, onde foram discutidos problemas e assuntos da região.

Pela tarde, foi recebido pelo presidente da Junta de Freguesia de Alcaide, Eng. Daniel Cruz, pelo executivo e pela população de Alcaide. Visitou as instalações da Rádio Clube Amador, onde participou numa emissão em directo e falou com diversos ouvintes. Assistiu-se, também, a uma Palestra com o tema “Os Franco Pinto de Castello-Branco no Contexto da Política Beirã (1860-1910)”, evento organizado pela Junta de Freguesia e pela Real Associação da Beira Interior, que teve como oradores o Doutor Nuno Pousinho e o Eng. João de Mello Franco.





- FOTOGRAFIAS:** 1.- SAR Dom Duarte de Bragança com o presidente da C.M. Oleiros Dr. Fernando Jorge
 2.- Fotografia de família com os Bombeiros Voluntários de Oleiros
 3.- S.A.R. recebe bordado das mãos do Dr. Luís Correia presidente da C.M. de Castelo Branco
 4.- No Museu do Bordado
 5.- Na Casa do Povo de Alcaide
 6.- Passeio por Castelo Novo com o presidente da Câmara do Fundão Dr. Paulo Fernandes.
 7.- Palestra no Alcaide - aspecto da assistência

Para finalizar a visita à Beira Baixa, a Junta de Freguesia de Alcaide ofereceu um lanche a todos os presentes. S.A.R. D. Duarte agradeceu a hospitalidade, a organização de toda a sua visita e prometeu voltar.



Novos Corpos Sociais da Real Associação de Lisboa

LISBOA, 10 DE MARÇO DE 2018

Esteve bastante concorrida a Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa, no passado dia 10 de Março, para aprovação do relatório e contas relativos a 2017 e eleição dos corpos sociais para 2018 – 2020. O relatório e contas foi aprovado por unanimidade e a candidatura “Lisboa Realista” foi eleita com 53 votos e duas abstenções, apresentando uma lista renovada, que manteve o núcleo da equipa directiva mas em que se estrearam Fernando Águas, Masha Gama Cohen, Nuno Barata Figueira e Pedro Ferreira de Carvalho.

O presidente eleito, João Távora, apresentou aos presentes um programa de continuidade, nomeadamente, a manutenção das múltiplas iniciativas de âmbito político e cultural, como conferências e visitas culturais, a

produção do boletim Correio Real para a Causa Real, a edição de novos títulos na chancela Razões Reais, criada para a divulgação do pensamento e doutrina monárquica e, principalmente, a realização de um ambicioso projecto de renovação da sede na Praça Luís de Camões, com a criação de um atractivo espaço polivalente para reuniões, convívio e “biblioteca monárquica”.

Após a eleição dos delegados ao congresso da Causa Real, a realizar em Outubro próximo, foi atribuído o diploma de Sócio Honorário à Casa da Comarca da Sertã e um voto de louvor ao vice-presidente cessante Luís Barata, pelo inextinguível zelo com que desempenhou as suas funções ao longo de sucessivos mandatos.

Esta foi também a ocasião para o agradecimento com Medalha de Mérito



ao nosso associado Rev. Padre Gonçalo Portocarrero de Almada cujos serviços prestados à nossa causa ao longo dos anos se vem revelando exemplar, anunciando-se para breve a publicação de uma colectânea das suas brilhantes homilias proferidas no contexto das celebrações das Missas de sufrágio pelas almas de Sua Majestade El-Rei Dom Carlos I e de Sua Alteza Real o Príncipe Dom Luiz Filipe.

Foi ainda apresentado aos sócios o ex-libris da RAL, criado e gentilmente oferecido por David Fernandes.

Finda a magna reunião, houve tempo ainda para uma interessante palestra proferida pelo Professor Paulo Drumond Braga que apresentou o seu mais recente livro “Nas Teias de Salazar – Dom Duarte Nuno de Bragança (1907 – 1976) Entre a Esperança e a Desilusão” a que se seguiu uma sessão de autógrafos.



Outras Actividades das Reais Associações



REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU

25º Aniversário

A Real Associação de Viseu comemorou o seu 25º aniversário, a 24 de Março de 2018, com um almoço no Clube de Viseu, contando com a presença de S.A.R. o senhor Duque de Bragança. Antes do almoço ocorreu uma conferência intitulada “A Ópera do Tejo”, proferida pela historiadora Aline Gallash-Hall de Beuvinck.



REAL ASSOCIAÇÃO DO RIBATEJO

Tertúlia no Ribatejo

A 27 de Abril, a Real Associação do Ribatejo promoveu uma tertúlia com o tema: “Monarquias: Hoje ou amanhã?”, que decorreu em ambiente cordial no Restaurante Alcáçova nas Portas do Sol em Santarém.

Com a presença do Senhor Marquês de Rio Maior, foram passados vídeos que mostraram contrastes entre monarquias e repúblicas na Europa. A intervenção do orador convidado, João Manuel de Moraes Lamas de Mendonça, Doutorado em História, deu motivos a animado debate, a que se seguiu um momento musical pelo saxofonista João Carrolo Marques, aluno do Conservatório de Música de Santarém.



Assinalando-se 110 anos sobre o trágico regicídio, várias Reais Associações mandaram celebrar, no dia 1 de Fevereiro de 2018, a habitual missa de sufrágio pelas almas de Sua Majestade El-Rei Dom Carlos I e de Sua Alteza Real o Príncipe Dom Luiz Filipe.

A Real Associação de Lisboa mandou celebrar a missa na Igreja de São Vicente de Fora, presidida pelo Revd. Padre Gonçalo Portocarrero de

Almada, contando com a presença de S.A.R. o Duque de Bragança, de S.A. o Infante Dom Dinis, duque do Porto e de cavaleiros das Ordens de Malta, Santo Sepulcro e Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. No final, o Infante Dom Dinis e João Távora, presidente da Real Associação de Lisboa, depositaram uma coroa de flores junto aos túmulos reais.

110 anos do Regicídio

A Real Associação de Viana do Castelo mandou celebrar missa na Sé Catedral, a Real Associação do Porto na Igreja de São José das Taipas, na Cordoaria, a Real Associação de Viseu na Igreja da Nossa Senhora da Conceição, a Real Associação de Braga na Sé Primaz, a Real Associação de Coimbra na Igreja da Paróquia de Nossa Senhora de Lurdes (Montes Claros), a Real Associação da Beira Litoral na Sé Catedral de Aveiro e a Real Associação do Ribatejo em Almeirim, com intenção também pela Alma do Rei-Cardeal Dom Henrique que morreu durante as Cortes de Almeirim de 1580.



Ao presidente da Real Associação da Beira Litoral, Fábio Reis Fernandes, que à hora a que

fechamos esta edição se encontra internado no Hospital de São João do Porto enfrentando sérias complicações de saúde, a redacção do Correio Real expressa os seus votos de melhoras

e de um rápido retorno ao campo de combate pela nossa Causa, onde se sente a sua falta.

FIGHA TÉCNICA

TÍTULO: Nas Teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança (1907-1976) entre a esperança e a desilusão

AUTOR: Paulo Drumond Braga

EDITORIA: Objectiva

PÁGINAS: 358

PREÇO: 19€

A dignidade do silêncio

Ao panorama de indesmentível e contínuo interesse de editoras e leitores por figuras régias, em livros de história pura ou de ficção historiografada — tornando evidente o apreço e a curiosidade populares pela monarquia portuguesa —, soma-se agora o trabalho de Paulo Drumond Braga focado na vida do Senhor D. Duarte Nuno de Bragança, que merece registo neste *Correio Real*. O esforço do historiador, consultando documentação arquivística espalhada por uma vintena de instituições, lendo livros, jornais de época, correspondência e memorialismo, não pode — como sucede na dita comunicação social — passar despercebido entre nós, tanto mais que, nos seus avanços e desacertos, contribui sem dúvida para um debate sobre a «questão monárquica» tal como ela transcorreu durante o longo consulado de Oliveira Salazar, um tema crucial, como o próprio livro afinal também demonstra: por si só, o título *Nas Teias de Salazar* é a confirmação da importância histórica do regime para o século XX português.

Nesse sentido, a figura do biografado, nascido meses antes do Regicídio e sofrendo — creio que não há outra palavra — com o eco das sucessivas desgraças da primeira república (instituída, ela própria, por um golpe militar periclitante), pode e deve ser um bom ponto de partida para o exame do restauracionismo enquanto esperança, em especial após a morte precoce d'El-Rei D. Manuel II, em Julho de 1932. É que o carácter simbólico dum rei transmite-se aos seus herdeiros, e a condição de exílio não esmorece o vínculo ao povo, que é visceral, recíproco e perene. A circunstância política, qualquer que seja, condiciona, é certo, mas não desfaz o sentido e o sentimento da monarquia como regime político com carácter tanto inclusivo como carismático,

É que o carácter simbólico dum rei transmite-se aos seus herdeiros, e a condição de exílio não esmorece o vínculo ao povo, que é visceral, recíproco e perene. A circunstância política, qualquer que seja, condiciona, é certo, mas não desfaz o sentido e o sentimento da monarquia como regime político com carácter tanto inclusivo como carismático, atributos que o republicanismo — e o federalismo europeu — arduamente disputam sem sucesso.

atributos que o republicanismo — e o federalismo europeu — arduamente disputam sem sucesso. Nesse contexto, *Da esperança à desilusão* (também no título de Drumond Braga) aceita-se sobretudo tendo em mente o contraste português com a lúcida lição espanhola contemporânea, que soube voltar à monarquia, tendo no Rei o seguro da sua transição para a democracia, no longo e difícil rescaldo de uma guerra civil fratricida.

O livro divide-se em duas partes. Na primeira, intitulada *Uma vida de quase sete décadas*, seis capítulos conjugam biografia e história: «Nascido para não reinar», «Herdeiro apenas para alguns», «D. Duarte Nuno une (quase todos) os monárquicos», «Uma Europa em chamas», «A renovação da esperança» e «Tempos atribulados». A segunda parte, muito sintética e sumária, são *Notas para um retrato* — e no final temos ainda algumas genealogias e biografias sumárias de familiares e de lugares-tenentes. Um extratexto fotográfico reproduz fotografias da família real em ocasiões privadas e oficiais, com a curiosidade de algumas imagens de D. Duarte Pio em criança (cedidas por D. Vasco Teles da Gama e por D. Pedro Vaz de Almada). Apesar disso, faltam ao livro índices remissivos que o tornem facilmente consultável e útil para estudo e referência — uma pecha que, paradoxalmente, se agravou ao mesmo tempo que a própria historiografia portuguesa faz progressos de monta...

O príncipe formou-se em apicultura na Universidade de Toulouse, em estudos parcialmente financiados pelo integralista José Pequito Rebelo (1892-1982), depois de anos muito duros sob

os efeitos tremendos da primeira grande guerra, e de aos 12 anos de idade ter sido «aceite como futuro e potencial rei de Portugal pela ala legitimista»: «uma criança de milagre», no júbilo de António Sardinha, então exilado em Madrid, e «o futuro que se prepara», no entusiasmo de Hipólito Raposo (p. 51). Atingindo a maioria, em Outubro de

1929 arrisca uma viagem clandestina a Portugal — que afinal não conhecia —, «um roteiro de saudade e de fé» (p. 61) que lhe «fez grande bem», nas palavras do seu preceptor, o padre Tomás Martins. A morte do rei deposto levaria a Causa Monárquica a reconhecer D. Duarte Nuno como rei de Portugal. Apesar de algumas objecções, venceu a necessidade de os monárquicos se congregarem em torno do «único príncipe português» (p. 71), que um périplo

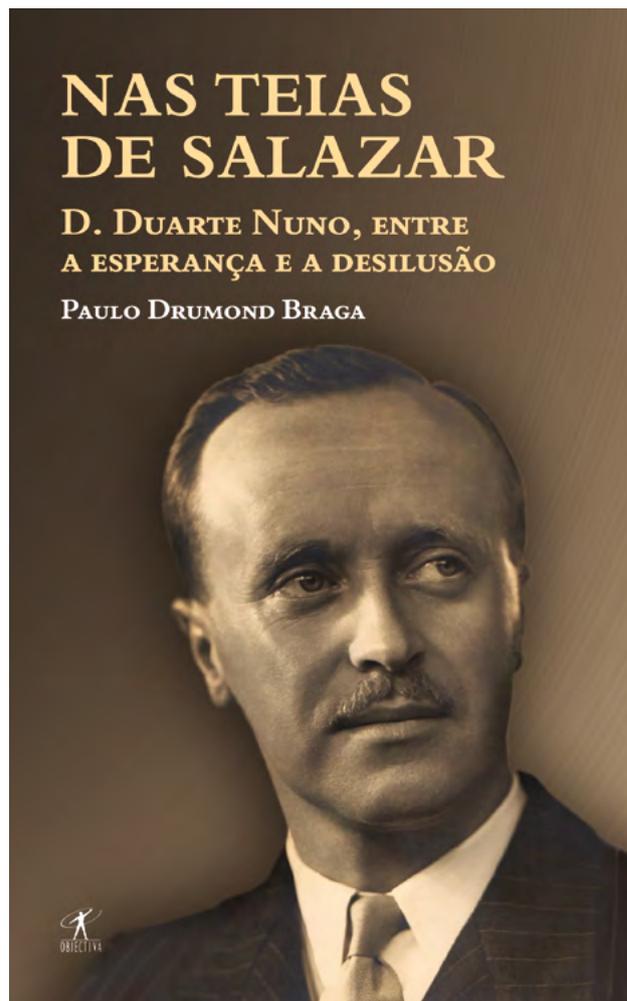
europeu de legitimação e cortesia reforçou pouco tempo depois.

«Salazar teve a habilidade de manter sempre a ambiguidade face ao futuro: nunca fechou portas a uma mudança de regime e, ao mesmo tempo, não deu qualquer passo decisivo no sentido da restauração da Monarquia», escreveu Paulo Drumond Braga à p. 89, e serve bem de síntese de uma época em que muitos monárquicos tiveram posições de destacado poder dentro do Estado Novo e das suas instituições centrais, enquanto outros passavam a uma oposição «mais ou menos activa» (p. 90).

Tudo ou quase tudo o que nos anos seguintes se passou tem como cenário de fundo uma Europa em chamas (título do cap. 4) ou à beira delas. Da Áustria, D. Duarte Nuno passa ao cantão de Berna, numa Suíça neutral que nas suas próprias palavras — mais de uma década depois — era o país «ideal em termos de tradições, instituições e comportamentos», possuindo «como nenhum outro concepções de verdade e de responsabilidade cívica» (p. 98). Até o casamento do príncipe foi discutido com cuidados diplomáticos excepcionais, dada a conjuntura mundial, incluindo a solução brasileira, que vingou, resolvendo a velha querela dinástica. Foram essas manobras de bastidores que acabariam por trazer a Lisboa e arredores o pretendente da Coroa portuguesa, em Maio de 1942, para depois embarcar num avião até ao Brasil. Nessa breve estada, foi fotografado tanto em traje de gala num estúdio profissional na Rua Ivens, como à porta da Sé, conversando com três varinas, e deslocou-se a Oeiras para cumprimentar Paiva Couceiro, o «velho guerreiro» então com 81 anos.

Como era hábito e norma, tudo era monitorizado, decidido e calculado por Salazar, do pequeno ou grande número duma comitiva à relevância dum tributo de ocasião, banquete ou jóia oferecida, até à residência dos duques de Bragança na Suíça, depois que o Brasil entrou na guerra ao lado dos Aliados (p. 137) e os meios e modos para de lá voltar (pp. 140-41). Mas D. Duarte Nuno também se correspondeu por diferentes ocasiões com o chefe do governo, ora solicitando ora agradecendo a sua intervenção em problemas concretos e prementes, como a detenção em Viena das infantas D. Maria Benedita e D. Maria Adelaide, a pretexto de «ouvirem emissões radiofónicas estrangeiras» (Julho de 1944; cit. p. 144), ou o passaporte diplomático concedido a outro parente bragantino, Carlos Alberto de Thurn e Taxis.

O fim da guerra em 1945 deu a muitos alívio, alento e esperança, mas não uma clarividente dose de cepticismo e prudência. A expectativa duma



abertura política democrática saiu furada e Salazar conseguiu seguir adiante, ao mesmo tempo que certo campo de manobra cedido aos monárquicos e à presença da família real na imprensa sugeria — na verdade, simulava — alguma folga para se reequacionar o regime, mudança para a qual, de resto, não haveria anuência da Grã-Bretanha (pp. 158-59 e outras). Paulo Drumond Braga seguiu a correspondência do então embaixador em Berna António Ferro para Salazar, que ajuda a perceber qual seria, nessa altura, o entendimento político de D. Duarte Nuno: «qualquer ofensa a Salazar seria como feita a si próprio» (cit. p. 160).

É inteiramente compreensível a gratidão da personalidade que muitos aspiravam fosse a figura máxima da nação, numa linhagem de séculos, ao político sinuoso e hábil que mantivera o país com as fronteiras mais antigas da Europa a salvo das perdas humanas, dos escombros ou saques patrimoniais e das dívidas públicas que haviam fustigado boa parte do velho continente durante seis anos de guerra. Foi Salazar que revogou as leis do banimento que lhe permitiram estabelecer-se no nosso país, e foi também com irrefutável dignidade que o presidente

do conselho dirigiu as exéquias da Rainha D. Amélia, em Novembro de 1951, a ponto de um diplomata irlandês em Lisboa supor que a «tanta pompa e circunstância» correspondesse «uma rainha em efectividade de funções» (cit. p. 183). No pós-guerra, a decisão de viver em Portugal teve também muito a ver com os filhos. Uma declaração de 1948 diz: «[quero] que eles, desde pequeninos, conheçam bem a gente e a língua portuguesa, vivam entre vós, sejam educados em colégios portugueses, no meio de rapazes portugueses de quem se tornem camaradas e amigos» (cit. p. 185). Curiosamente, numa conversa privada após um jantar com o conde de Barcelona no Estoril, já em Novembro de 1954, terão sido debatidas «as eventuais restaurações das Monarquias em ambos os países e a educação dos respectivos primogénitos» (p. 238).

Essa mudança vai permitir ao duque de Bragança aperceber-se de «situações de pobreza extrema» e «o muito que [ha]via de errado em Portugal»: «nos primeiros tempos da sua vivência em Portugal [...] afadigou-se a percorrer o país» (p. 192). Desprovidos de meios de fortuna, precariamente instalados, o duque e a sua família começaram por ser sustentados pela leal dedicação de «cerca de uma centena de monárquicos» (uma lista inteiramente confidencial de nomes e valores mensais), até que em 1955 a Fundação da Casa de Bragança foi autorizada pelo ditador a conceder-lhe uma pensão, aumentada oito anos depois.

A questão da restauração da monarquia colocava-se doravante mais perto da mesa, em sucessivas ocasiões, uma das quais a morte do presidente Óscar Carmona, mas prevaleceu sempre a ambiguidade e o calculismo político de Oliveira Salazar, que em tudo manda e tudo controla, a ponto de em Julho de 1957 fazer censurar declarações à imprensa de Marcello Caetano, a que se seguiu esclarecimento privado: «Para os ter [aos monárquicos] conosco parece-me necessário não fazer o governo profissão de fé republicana nem afirmar o regime republicano como assente *in aeternum*» (cit. p. 240). A emergência de jovens monárquicos nas fileiras oposicionistas, em particular ligados à Revolta da Sé (1959), haveria de colocar o duque de Bragança, devedor de consideração pessoal a Salazar, diante do «elevado preço que representa o atrofiamento das liberdades públicas e a menor consideração pela dignidade humana» (cit. p. 247). Em Julho do ano seguinte, em conversas diplomáticas discutia-se a possibilidade de o duque subir ao trono se aceitasse o regime, com Salazar na chefia do governo por algum tempo, o que seria consentido por monárquicos oposicionistas, enquanto outros opinavam que D. Duarte Nuno era, ele próprio, «um dos obstáculos à restauração,

não só porque era pobre, mas porque falava mal português» (cit. p. 249). O próprio fim político ou físico de Salazar, no horizonte, ajudou a esse sobe-e-desce de expectativas e conjecturas, numa altura em que o príncipe se desdobrava num número crescente de eventos reais Europa afora, mas como sabemos nunca passou disso mesmo — até quando as cerimónias em Lisboa da recíproca trasladação dos restos mortais dos reis D. Miguel e D. Pedro, em 1967, fez supor a um editorialista do *New York Times* «se este foi o primeiro passo para a restauração da Monarquia» (cit. p. 264).

A morte de D. Maria Francisca em Janeiro de 1968, e das três irmãs D. Isabel Maria, D. Maria Ana e D. Maria Benedita, entre Janeiro de 1970 e Junho de 1971, e noutro plano a ascensão de Marcello Caetano — decidido opositor do restauracionismo monárquico (com quem, todavia, mantinha relações cordiais) — foram todos duros golpes para o duque de Bragança. Até Mário Soares não se coibiu de lhe dedicar «palavras de alguma dureza» (p. 282) no livro *Portugal Amordaçado*, publicado em Paris no ano 1972. No «Verão quente», Rainier III do Mónaco chegou a oferecer-lhe um passaporte diplomático e acolhimento no principado, mas D. Duarte Nuno preferiu ficar no seu país, cada vez mais só, e precocemente envelhecido, no palácio de São Marcos, sua residência durante dezoito anos, do qual acabaria por sair a conselho do seu filho primogénito, evitando os perigos de um previsível assalto e saque por brigadas esquerdistas, que o governador civil de Coimbra, por sinal o historiador Luís de Albuquerque, não se sentia em condições de impedir... Juntou-se então a sua irmã D. Filipa, em Ferragudo (Algarve), onde no Natal do ano seguinte foi acometido por uma brucelose, que semanas de internamento hospitalar não impediram que se tornasse fatal. Até as exéquias fúnebres, em Lisboa e Vila Viçosa, panteão dos duques de Bragança, foram limitadas pelo ar do tempo, não podendo por isso ser comparáveis às de sua esposa, em 1968; e até hoje, por incrível que nos pareça, aguarda ali túmulo definitivo (pp. 288, 314) o chefe praticamente incontestado da Casa Real portuguesa de 1932 a 1976. «Merecia melhor», conclui Paulo Drumond Braga, que risca — e arrisca, alegando um suposto «quadro depressivo a que sempre fora atreito» — nas últimas páginas do livro um retrato de D. Duarte Nuno, coleccionando impressões e observações de quem conheceu pessoalmente o duque de Bragança que falava português acentuando os *rr*, herança irreparável dos longos anos que, dinasticamente banido, viveu na Áustria, na Alemanha e na Suíça, suspirando pelo seu querido Portugal.

VASCO ROSA



A cerimónia de entrega do Prémio Príncipe da Beira Ciências Biomédicas, instituído pelo Município de Guimarães, pela Fundação D. Manuel II e pela Universidade do Minho, decorreu no passado dia 19 de Abril, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Guimarães, com as presenças de D. Afonso de Bragança, Príncipe da Beira, Adelina Pinto, vice-presidente da Câmara Municipal de Guimarães e Rui Reis, vice-reitor da Universidade do Minho.

O Prémio foi atribuído a Sílvia C. Araújo Vieira, pelo seu trabalho “Natural-based Hierarchical Platform for Islet Cell Transplantation and Vascularization” (Plataformas hierárquicas para o encapsulamento e vascularização das ilhotas), um processo inovador que permite o rápido tratamento dos doentes com diabetes. Sílvia Vieira é estudante de doutoramento da Universidade do Minho, mas fez a formação base na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

D. Afonso de Bragança anunciou o vencedor, destacando a investigação de Sílvia Vieira “pelo impacto futuro que pode representar para a medicina”.

Prémio Príncipe da Beira Ciências Biomédicas 2017



Sublinhou ainda o papel do Município de Guimarães “pelo exemplo de interesse científico e cultural” na associação a este Prémio.

Este ano, o Prémio Príncipe da Beira contou com um total de 16 candidaturas. Em segundo lugar, com Menção Honrosa PPB 2017, ficou o investigador Diogo M. P. Libânio Monteiro, com um trabalho intitulado: “Colonic Microbiota Modifications in the Development Colonization Changes”. Na terceira posição ficou Maria Elena Monzón Manzano, com um trabalho intitulado: “Evaluation of hypercoagulate State, Immunological Dysregulation and Comorbidity Related to Cardiovascular Disease in Patients with Systemic Lupus Erythematosus”.

Seminário na Sociedade de Geografia de Lisboa

Com o patrocínio da Fundação D. Manuel II e da Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa decorreu, no passado dia 11 de Abril, o VII Seminário Internacional de Falerística da Sociedade de Geografia de Lisboa.

O evento contou com a presença de S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, e de S.A.R. o Senhor Dom Miguel, Duque de Viseu, e foi comemorativo dos 200 anos da fundação da Real Ordem por D. João VI.

Foram oradores o Dr. Lourenço Correia de Matos (APH / IPH), o Dr. Nuno Pombo (AFP), o Dr. Vítor



Escudero (ANBA / APE), o Arq. Segismundo Ramires Pinto (IPH/ SGL), e D. Fernando de Vargas-Zuniga y Mendonza, do Real Conselho das Ordens Militares de Espanha.

No dia 1 de Fevereiro, a Família Real esteve presente na Missa por alma do S. M. o Rei Dom Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe. Seguidamente, o Senhor Dom Duarte participou no jantar comemorativo dos 50 anos da fundação da Universidade Católica Portuguesa. Houve várias intervenções de alunos, antigos alunos e professores, para além de alguns momentos musicais, realizados por antigos alunos, que animaram esta tão interessante ocasião.

No dia 3 de Março, participou nas celebrações anuais do Colégio Militar, que terminaram com uma Missa muito bem cantada na Igreja de S. Domingos. À noite teve lugar um jantar convívio de antigos alunos e de alguns alunos actuais.

No dia 16 de Março, os Senhores Duques de Bragança participaram na comemoração do cinquentenário da Comunidade Islâmica de Lisboa, no qual participaram também o Senhor Presidente da República, o Senhor presidente da Câmara e outras personalidades.

No dia 24 de Março, o Senhor Dom Duarte presidiu à sessão comemorativa dos 25 anos da Real Associação de Viseu, seguida de um almoço aberto a todos os associados e simpatizantes, que reuniu mais de uma centena de pessoas, e que incluiu uma interessante conferência pela Dra. Aline Hall.

Nas suas intervenções durante os convívios monárquicos, o Senhor Dom Duarte tem sempre lembrado a importância de uma maior difusão da revista Correio Real. O notável interesse dos seus artigos deveria levar a que fosse assinada por um número muito maior de pessoas. É também fundamental que os seus leitores procurem conseguir apoios financeiros para a sua difusão, sendo os mais evidentes provenientes da publicidade e de doações.

A convite de S. E., o Presidente da República, Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, os Senhores Duques de Bragança participaram no jantar oferecido no Palácio Real da Ajuda em homenagem ao Presidente da República de Alemanha, no dia 1 de Março, à semelhança dos anteriores oferecidos em 2017, respectivamente em honra dos presidentes da Itália, Suíça, Cabo Verde, Colômbia, assim como dos Reis da Holanda. Por coincidência, o Senhor Dom Duarte é compadre de S.M. o Rei da Holanda.



No dia 19 de Março, assistiram em Roma, à ordenação episcopal de Monsenhor José Avelino Bettencourt. Monsenhor Bettencourt desempenhava o muito importante cargo de chefe de Protocolo da Santa Sé, e agora, como Arcebispo, foi nomeado Nuncio Apostólico (Embaixador) da Santa Sé na Geórgia e Arménia. Seguiu-se um jantar com a presença do Cardeal Parolin, (que tem um cargo equivalente ao de Primeiro-Ministro no Vaticano), vários outros Cardeais e Bispos Canadianos, além dos familiares luso-canadianos do nosso novo Arcebispo.

No dia 16 de Abril, o Senhor Dom Duarte encontrou-se com Sua Beatitude Kiril, Patriarca de Moscovo e de todas as Rússias.

Por iniciativa da Fundação Junção do Bem, houve uma reunião com o Metropolita Hilarion, responsável pelas relações internacionais da Igreja Ortodoxa Russa.



BOHEMIA

JUNTA-TE

à MESA



Seja responsável. Beba com moderação.